



DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL | DIVISÃO DE PLANO E ORÇAMENTO



# GOP

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

MUNICÍPIO DE OEIRAS

2010





**Introdução**

**Análise da Situação Financeira**

**Orçamento**

**Grandes Opções do Plano**

**Análise SWOT**

**Plano Estratégico Municipal**

**Actividades para 2010**

**Gabinete da Presidência**

**Gabinete Municipal de Auditoria**

**Gabinete de Desenvolvimento Municipal**

**Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico**

**Gabinete de Comunicação**

**Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia**

**Departamento de Polícia Municipal e Protecção Civil**

**Direcção Municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional**

**Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Financeira e Patrimonial**

**Direcção Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação**

**Direcção Municipal de Obras e Ambiente**

**Direcção Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural**

**Grandes Opções do Plano**

**Plano Plurianual de Investimento**

**Plano de Actividades Municipal**


**Orçamento (mapas)**

**Anexos**


**Mapas de Pessoal**

---


## INTRODUÇÃO






O Orçamento e as Grandes Opções do Plano elaborados nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas, pela Lei n.º 5-A /2002, de 11 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL) ratificado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro (1.ª alteração do POCAL), Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro (alteração ao POCAL), Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 2 de Abril (alteração ao POCAL «Regras Previsionais») e pelo Decreto Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro («Determina que as receitas e despesas públicas passem a reger-se por códigos de classificação orgânica, funcional e económica»), bem como, a LVCR Lei 12-A/2008, relativa ao orçamento de pessoal, constituem documentos previsionais de gestão, de importância vital na Administração Municipal.




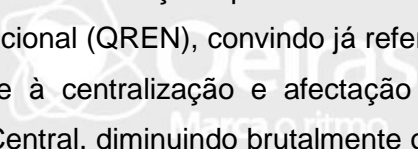
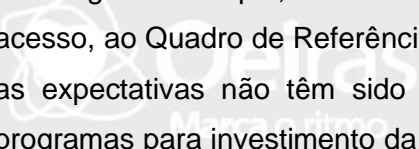
Estes documentos estruturantes consubstanciam uma estratégia de desenvolvimento para Oeiras. Esta estratégia visa dar um rumo ao seu desenvolvimento e modernização, apostando no ambiente, no ordenamento do território, na tecnologia e inovação, no conhecimento e num amplo conjunto de políticas sociais.




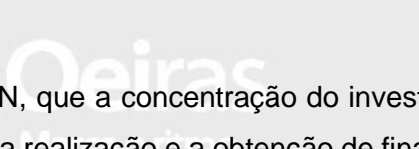
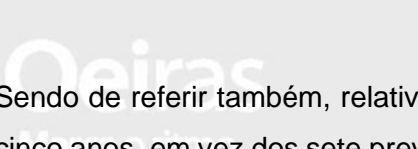
A actividade e as medidas propostas alicerçados na dimensão multifacetada das actividades desenvolvidas pelos Serviços Municipais reflectem os compromissos políticos e as linhas orientadoras do executivo que, mercê das dinâmicas e dos contextos próprios terão os adequados reajustamentos.




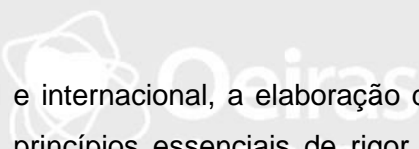
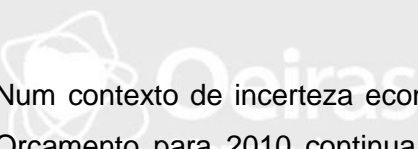
Do ponto de vista organizativo, apostamos nas novas metodologias de gestão, na gestão por objectivos, na redefinição e optimização de processos/procedimentos no sistema de melhoria contínua, na integração e adequação dos sistemas de informação na avaliação de desempenho e no reconhecimento do mérito num contexto de alterações profundas ao nível legal e das exigências gestionárias que se nos colocam.






Aproveitaremos o ano 2010, para ultimar um conjunto de projectos, de acordo com o Plano Estratégico Municipal, no sentido de reunir, todas as condições para tentar beneficiar do acesso, ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), convindo já referenciar que as expectativas não têm sido animadoras face à centralização e afectação de muitos programas para investimento da Administração Central, diminuindo brutalmente os recursos disponíveis para os Municípios e para a Região.



Sendo de referir também, relativamente ao QREN, que a concentração do investimento em cinco anos, em vez dos sete previstos, dificultam a realização e a obtenção de financiamento para as contrapartidas municipais.



Num contexto de incerteza económica, nacional e internacional, a elaboração das GOP e Orçamento para 2010 continua a assentar nos princípios essenciais de rigor, audácia e inovação. A evolução do investimento irá beneficiar da concretização de investimentos privados associados a importantes projectos de obras públicas, com o destaque para as Parcerias Público Privadas.



Prosseguiremos com as políticas municipais de desenvolvimento social e cultural, contribuindo para que Oeiras seja um lugar ainda melhor para se viver e visitar. Neste pressuposto, em 2010, daremos continuidade à nossa acção, orientada, para a valorização da educação e qualificação, para a promoção de estilos de vida saudáveis, para o desenvolvimento de redes de sociabilidade e solidariedade social, apostando no capital cultural e artístico.

A Reabilitação Urbana, Espaço Público e Escolas são prioridades para 2010. Quanto ao Investimento a consagrar nas Grandes Opções do Plano, há um crescimento de 9,57%, a Reabilitação Urbana com uma nova política de habitação, orientada para realidades e necessidades habitacionais, sociais, educacionais e urbanas para os próximos 10 anos, foi entretanto consagrada no Plano Estratégico Municipal “Habitar Oeiras”.

Prosseguimos com as políticas públicas de sustentabilidade territorial e ambiental e com a promoção e requalificação permanente do Espaço Público, dos edifícios, equipamentos e infra-estruturas. O Espaço Público com cerca de 14 milhões de euros os Espaços Verdes com 12.947.255,00 euros, o Equipamento Escolar, com 12 milhões de euros, e a Cultura com 19.138.432,00 euros, constituem as áreas que canalizam maiores investimentos.

Na reabilitação Urbana, destaca-se a reabilitação de em bairros históricos, e de diversos outros do património municipal dispersos.

No Espaço Público e Espaços Verdes, o destaque vai para os investimentos na higiene urbana, na reparação de arruamentos e passeios, na recuperação de jardins. O investimento nestas áreas inclui ainda o passeio marítimo que faz a ligação pedonal entre a Cruz-Quebrada e Paço de Arcos e a 2ª fase do Parque dos Poetas, e um estudo para a uniformização e regularização de quiosques já existentes.

Outra área importante a destacar é a construção de novas escolas, e obras de beneficiação em geral em várias escolas do concelho, e o empenho em pôr a funcionar a vertente aplicacional e o portal da educação com conteúdos apostando no reforço da formação aos professores.

Todavia, o crescimento mais significativo do Orçamento 2010 centra-se essencialmente nas despesas de investimento, com uma dotação global superior a 186 milhões de euros, correspondendo a um aumento de cerca de 4,28% relativamente a 2009.



Na senda do que já é tradição no Município, actuar mesmo nas áreas de intervenção do Estado quando os cuidados a prestar aos nossos Municípes o justifiquem, em 2010 arrancará a construção do Extensão de Saúde de Algés, num investimento global de 4 milhões de euros, a suportar na totalidade pelo Município.

O montante global do Orçamento previsto para 2010 poderá ainda ser acrescido 15 milhões de euros, através de um empréstimo a contrair junto da CGD, cujo processo seguirá ainda em 2009 para o visto do Tribunal de Contas, a ser utilizado para investimentos prioritários em escolas do Concelho e numa residência para cientistas na Quinta dos Sete Castelos.

Apesar da crise económica temos bem consciência da necessidade de prudência na definição de investimento mas estamos também convictos de que os bons investimentos devem ser feitos justamente nestas alturas, que exigem determinação e um sentido calculado de risco. Foi assim que ao longo dos anos delineámos os contornos do desenvolvimento e identidade actuais do Município.


Razão porque consideramos que todo o investimento previsto nas GOP's 2010 é um investimento que claramente tem retorno no sentido de prosseguir o desenvolvimento no nosso tecido físico e social, sendo que o investimento previsto na educação, na acção social, na habitação e no desporto é particularmente benéfico porque acentua a coesão social do Município.

Pretendemos exceder as expectativas dos nossos Municípes, de acordo com a missão, a visão e os valores que definimos para Oeiras.

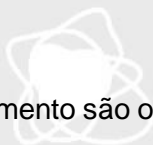
O Presidente

Isaltino Afonso Morais


## ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA



Oeiras  
Marca o ritmo




Oeiras  
Marca o ritmo




Oeiras  
Marca o ritmo


As Grandes Opções do Plano e Orçamento são o instrumento essencial da gestão pública do município e reflectem juntamente com o Plano Estratégico a orientação política que se pretende adoptar, em prol do desenvolvimento do Concelho.



Oeiras  
Marca o ritmo

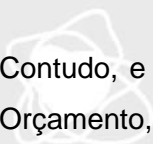


Oeiras  
Marca o ritmo

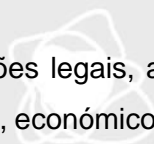


Oeiras  
Marca o ritmo


Como instrumento de gestão decorrente do imperativo legal constitui a base previsional das receitas e despesa do município, assegurando também, a função de controlo da sua execução.



Oeiras  
Marca o ritmo




Oeiras  
Marca o ritmo

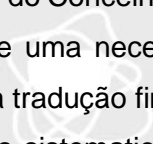


Oeiras  
Marca o ritmo

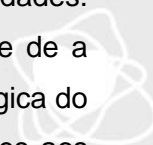
Contudo, e a par do cumprimento das disposições legais, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, reflectem também o contexto político, económico e financeiro em que vão operar.



Oeiras  
Marca o ritmo



Oeiras  
Marca o ritmo



Oeiras  
Marca o ritmo

As necessidades de desenvolvimento do Concelho operam-se num quadro de possibilidades. Em política a simples enunciação de uma necessidade não garante a possibilidade de a superar. Se essa superação tem uma tradução financeira são precisos recursos. A lógica do desenvolvimento social confronta-nos sistematicamente com necessidades superiores aos

meios susceptíveis de as satisfazer. É do âmbito da decisão política a definição, face aos recursos disponíveis, das prioridades a que eles devem ser afectos.

Oeiras vive uma situação singular. Se por um lado, comparativamente com outros concelhos, tem índices de desenvolvimento superiores, por outro, tem também níveis de exigência e de qualidade superiores.

O equilíbrio entre estas duas dimensões do Concelho, afinal o espaço onde ocorre a política no sentido mais nobre do termo, está condicionado pelo cenário macro-económico do país e pela situação financeira.




A globalização com o impacto que as acções de grandes países ou de grandes empresas terão na macro e micro-economias de países como Portugal, e as obrigações de controle do défice público como resultado de obrigações comunitárias criam um quadro de constrangimentos exógenos condicionadores da nossa acção.

A estratégia orçamental para 2010 assenta na prossecução da política de rigor orçamental tendo em vista aprofundar a consolidação do equilíbrio financeiro e de lançamento de projectos estruturantes para o exercício do mandato.



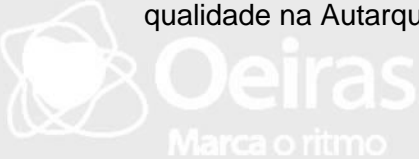
Efectivamente, tem-se efectuado um grande esforço de modernização, caracterizado pela sua proximidade ao cidadão, visando uma administração local mais moderna e eficaz, no apoio ao desenvolvimento, promovendo a dinamização, divulgação e aplicação generalizada de boas práticas, dirigidas ao desenvolvimento sustentável e à formação profissional dos meios humanos, com ganhos efectivos ao nível da eficiência, eficácia e economia.

Desta forma, tem esta edilidade contribuído de forma mais ajustada aos novos desafios colocados. Os novos tempos oferecem novos desafios, que requerem estratégias e novas









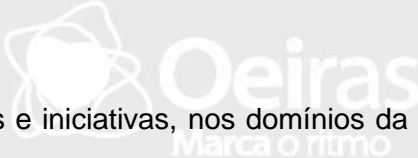
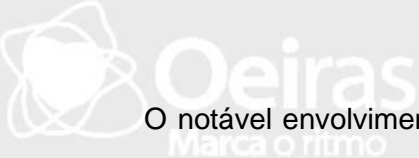
soluções. Pretendemos intensificar o processo de modernização administrativa tirando o máximo proveito das novas tecnologias e colocando-as ao serviço da gestão electrónica, centrando os funcionários como os principais agentes de mudança e de uma política de qualidade na Autarquia.






A aposta nas Parcerias Público-Privadas promovendo e incentivando o investimento e o desenvolvimento de projectos estruturantes geradores de sinergias dos recursos da autarquia local e dos privados.




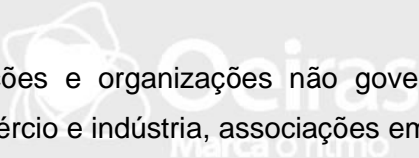
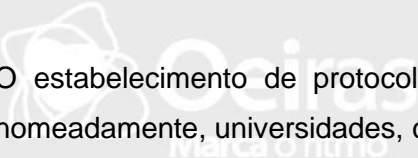
Num contexto crescente de dificuldades orçamentais, procuramos a inovação nas fontes de financiamento quer nos investimentos, quer na gestão corrente do património.



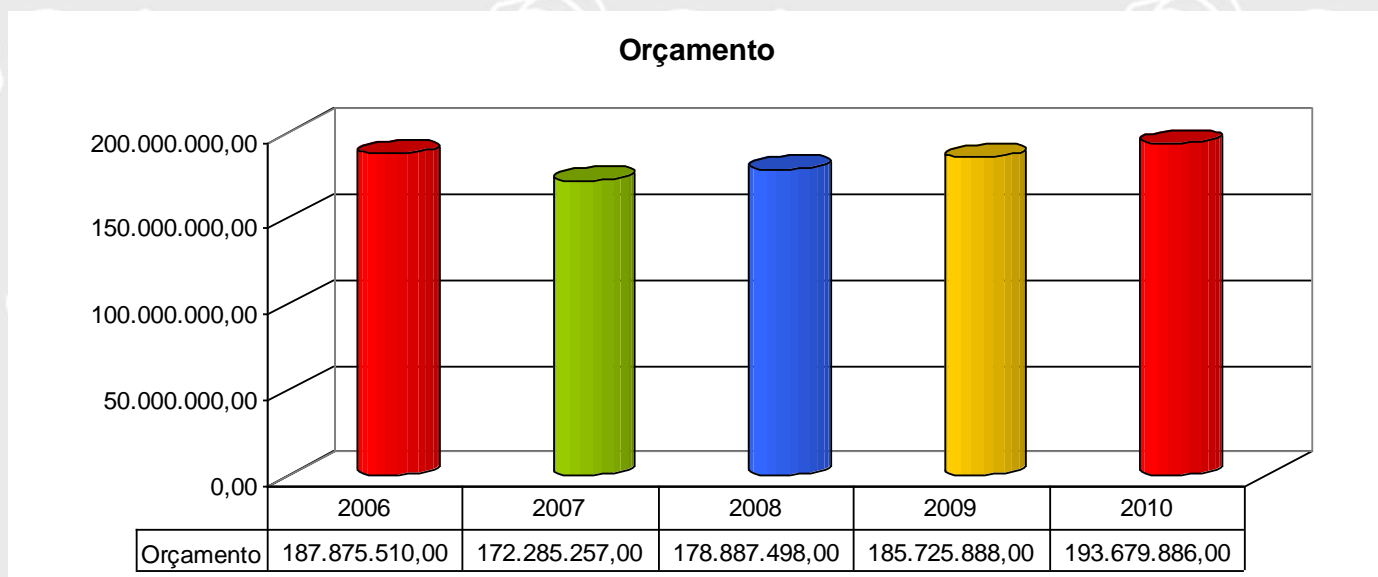
O notável envolvimento em projectos e iniciativas, nos domínios da habitação social ou da habitação para jovens casais, do empreendedorismo, no combate à pobreza e exclusão social, no apoio às famílias carenciadas, na assistências aos idosos e à infância, têm sido factores determinantes da intervenção desta Câmara.



A crescente competência delegada nas Juntas de Freguesia em matérias particularmente em que, estas possam dar resposta mais célere e eficaz às populações.



O estabelecimento de protocolos com instituições e organizações não governamentais nomeadamente, universidades, câmaras de comércio e indústria, associações empresariais, instituições de solidariedade social e cultural têm sido uma forma há muito encontrada pela Câmara para fomentar, estimular e envolver-se como parceira activa nas dinâmicas locais que promovem o desenvolvimento económico, social e cultural e melhoram a qualidade de vida dos cidadãos.



O Orçamento Municipal para 2010 regista um acréscimo de 4,28% relativamente ao ano anterior. Este acréscimo é motivado principalmente pelo aumento da despesa de capital em 9,14%.

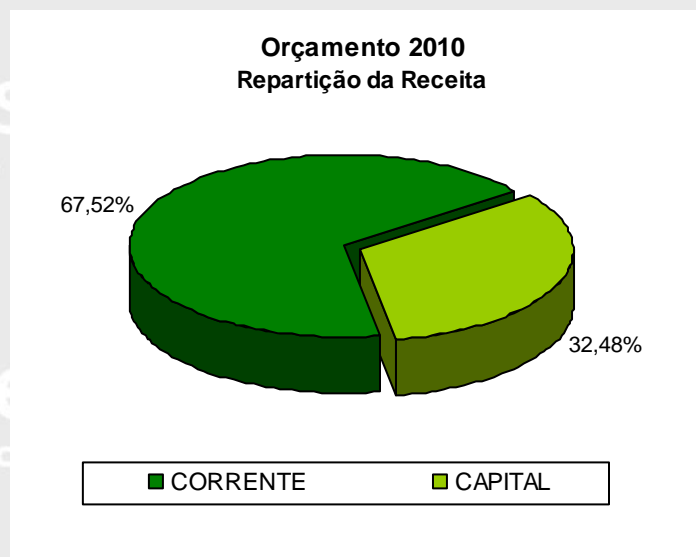
**Componentes do Orçamento**

	RECEITA	DESPESA
<b>CORRENTE</b>	130.768.249,00	110.965.649,00
<b>CAPITAL</b>	62.911.637,00	82.714.237,00
<b>TOTAL</b>	<b>193.679.886,00</b>	<b>193.679.886,00</b>

O valor total do orçamento da receita, €193.679.886,00, é composto por 67,52% (€130.768.249,00) para a receita corrente e 32,48% (€62.911.637,00) para a receita de

capital. A despesa corrente corresponde a 57,29% (€110.965.649,00) e 42,71% (€82.714.237,00) para despesa de capital.

Continuamos a aguardar pelos desenvolvimentos inerentes à integração da receita, património, execuções fiscais, contabilidade analítica e a estabilização das aplicações existentes, cujos desenvolvimentos estão a acontecer em ambiente de trabalho. Devendo para o efeito ficar salvaguardado a rastreabilidade da informação. Circunstância que depende grandemente na respostas às necessidades e às funcionalidades a dar pelo novo ERP, nomeadamente a transversalidade e integração das aplicações assente numa lógica de reorganização administrativa, processual e documental.



#### Componentes da Receita

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	2010	%
	<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>130.768.249,00</b>	<b>100,00%</b>
01	IMPOSTOS DIRECTOS	78.630.914,00	60,13%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	3.108.997,00	2,38%

04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	3.894.926,00	2,98%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	15.005.614,00	11,47%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.119.611,00	16,15%
07	VENDAS BENS E SERVIÇOS CORRENTES	8.743.601,00	6,69%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	264.586,00	0,20%
<b>RECEITA CAPITAL</b>		<b>62.911.637,00</b>	<b>100,00%</b>
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	55.797.802,00	88,69%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.188.515,00	9,84%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	880.400,00	1,40%
15	REPOSIÇÕES N/ ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	44.920,00	0,07%
<b>TOTAL ORÇAMENTO</b>		<b>193.679.886,00</b>	

Da análise das principais componentes da receita constata-se que a proveniência resultante da cobrança dos impostos directos (IMI, IMT, Derrama e Imposto Único de Circulação) e a venda de bens de investimento, constituem as maiores fontes de receita do Município, representando 60,13% e 88,69%, respectivamente, das receitas correntes e de capital.

O valor considerado em reposições não abatidas nos pagamentos corresponde à média dos dois anos anteriores, pela dificuldade de encontrar uma fórmula de cálculo mais eficaz. Aqui entram valores provenientes de duplicação de pagamentos, como por exemplo rendas de habitação, taxas ou licenças cobradas a mais e outros.

O seguinte quadro apresenta as transferências, correntes e de capital, que representam 16,15% e 9,84%, no total das receitas correntes e de capital.

RECEITA	CORRENTE		CAPITAL	
	2009	2010	2009	2010
FEF - FUNDO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	1.105.026,00	1.105.026,00	736.684,00	736.684,00

FSM - FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	145.590,00	145.590,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS	17.378.368,00	17.378.368,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	2.587.633,00	2.490.627,00	5.463.679,00	5.451.831,00
<b>TOTAL</b>	<b>21.216.617,00</b>	<b>21.119.611,00</b>	<b>6.200.363,00</b>	<b>6.188.515,00</b>

Em 2010 o valor de Orçamento da participação fixa no IRS, FEF e FSM mantêm-se iguais a 2009 uma vez que ainda não existe OE 2010.

#### Receita Corrente

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	2010	%
<b>01</b>	<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>	<b>78.630.914,00</b>	<b>60,13%</b>
	IMPOSTO MUNICIPAL S/ IMÓVEIS (IMI)	26.548.149,00	20,30%
	IMPOSTO ÚNICO CIRCULAÇÃO (IUC)	6.141.999,00	4,70%
	IMPOSTO MUNICIPAL S/TRANS. ONEROSAS IMÓVEIS (IMT)	27.046.914,00	20,68%
	DERRAMA	16.787.358,00	12,84%
	IMPOSTOS ABOLIDOS - CA	180.828,00	0,14%
	IMPOSTOS ABOLIDOS - SISA	1.335.855,00	1,02%
	IMPOSTOS ABOLIDOS - IMP. MUNICIPAL S/ VEÍCULOS	33.799,00	0,03%
	IMPOSTO ESPECIAL	556.012,00	0,43%
<b>02</b>	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	<b>3.108.997,00</b>	<b>2,38%</b>
	IMP. INDIRECTOS ESPECIF. AUTARQUIAS LOCAIS	3.108.997,00	2,38%
<b>04</b>	<b>TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>3.894.926,00</b>	<b>2,98%</b>
	TAXAS ESPECIFICAS AUTARQUIAS LOCAIS	3.379.161,00	2,58%
	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	515.765,00	0,39%
<b>05</b>	<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>	<b>15.005.614,00</b>	<b>11,47%</b>
	JUROS - SOC. E QUASE SOC. NÃO FINANCEIRAS	2,00	0,00%
	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	266.735,00	0,20%
	DIVID., PART. LUCROS SOC.E QUASE-SOC. NÃO FINANC.	131.161,00	0,10%
	PARTICIP.LUCROS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	5.000.003,00	3,82%
	RENDAS	9.607.713,00	7,35%

<b>06</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>21.119.611,00</b>	<b>16,15%</b>
	FEF - FUNDO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	1.105.026,00	0,85%
	FSM - FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	145.590,00	0,11%
	PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS	17.378.368,00	13,29%
	OUTRAS	2.490.627,00	1,90%
<b>07</b>	<b>VENDAS BENS E SERVIÇOS CORRENTES</b>	<b>8.743.601,00</b>	<b>6,69%</b>
	VENDA DE BENS	119.258,00	0,09%
	SERVIÇOS	2.878.423,00	2,20%
	RENDAS	5.745.920,00	4,39%
<b>08</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>264.586,00</b>	<b>0,20%</b>
	OUTRAS	264.586,00	0,20%
<b>RECEITA CORRENTE</b>		<b>130.768.249,00</b>	<b>100,00%</b>

Os impostos directos representam a maior das componentes da receita corrente, 60,13%, onde se destacam o IMI, o IMT e a Derrama. Dentro das Transferências Correntes encontra-se o valor da participação fixa no IRS que representa 13,29% da receita corrente.

### Receita Capital

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	2010	%
<b>09</b>	<b>VENDA BENS INVESTIMENTO</b>	<b>55.797.802,00</b>	<b>88,69%</b>
	TERRENOS	54.387.418,00	86,45%
	HABITAÇÕES	1.182.302,00	1,88%
	EDIFÍCIOS	91.502,00	0,15%
	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	136.580,00	0,22%
<b>10</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>6.188.515,00</b>	<b>9,84%</b>
	FEF - FUNDO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	736.684,00	1,17%
	OUTRAS	3.435.195,00	5,46%
	FEDER	2.016.636,00	3,21%
<b>12</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
	EMPRÉSTIMOS MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00	0,00%
<b>13</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CAPITAL</b>	<b>880.400,00</b>	<b>1,40%</b>
	OUTRAS	880.400,00	1,40%
<b>15</b>	<b>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>	<b>44.920,00</b>	<b>0,07%</b>

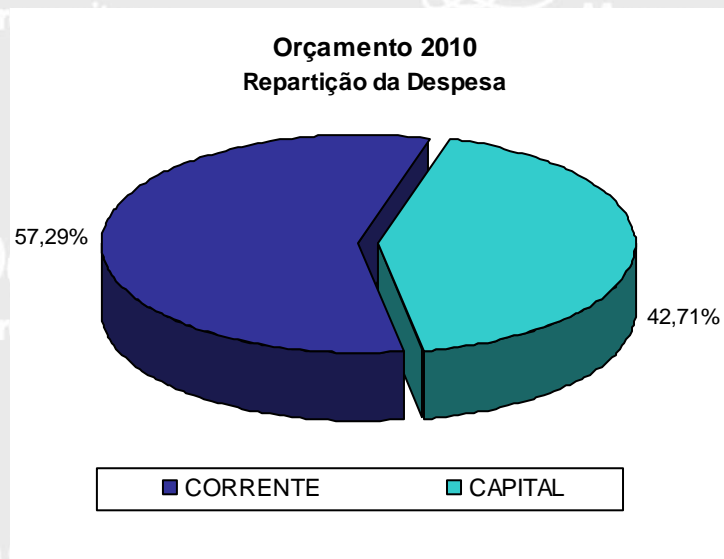
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	44.920,00	0,07%
<b>RECEITA CAPITAL</b>	<b>62.911.637,00</b>	<b>100,00%</b>

O valor previsto com a alienação de bens de investimento, nomeadamente terrenos, representa 88,69% do total das receitas de capital.

Sendo no entanto de referir que os potenciais bens a alienar, serão efectuados em função de ajustamentos à receita de capital, se necessário, tendo em conta a salvaguarda dos bens e as variáveis exógenas que possam vir a influenciar os valores, nomeadamente as condições do mercado.

Não é despiciente referir que as potenciais alienações resultam em grande parte da capacidade que o Município ao longo dos anos tem demonstrado ao adquirir património.

A despesa corrente corresponde a 57,29% (€110.965.649,00) e 42,71% (€82.714.237,00) para despesa de capital.



### Componentes da Despesa

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	2010	%
<b>DESPESA CORRENTE</b>		<b>110.965.649,00</b>	<b>100,00%</b>
01	DESPESAS COM O PESSOAL	37.863.461,00	34,12%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	60.187.062,00	54,24%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	418.670,00	0,38%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.991.456,00	10,81%
05	SUBSÍDIOS	0,00	0,00%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	505.000,00	0,46%
<b>DESPESA CAPITAL</b>		<b>82.714.237,00</b>	<b>100,00%</b>
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	72.274.617,00	87,38%
08	TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	6.097.500,00	7,37%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	1.615.035,00	1,95%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	2.727.085,00	3,30%
<b>TOTAL ORÇAMENTO</b>		<b>193.679.886,00</b>	

Na análise da despesa corrente destacam-se as aquisições de bens e serviços, referentes à contratação pública, com 54,24% e as de pessoal que representam 34,12%.

### Despesa Capital

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	2010	%
07	<b>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</b>	<b>72.274.617,00</b>	<b>87,38%</b>
	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>43.874.029,00</b>	<b>53,04%</b>
	TERRENOS	7.518.000,00	9,09%
	HABITAÇÕES	5.236.965,00	6,33%
	EDIFÍCIOS	14.137.224,00	17,09%
	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	6.950.377,00	8,40%
	MATERIAL DE TRANSPORTE	280.000,00	0,34%
	EQUIP. INFORMÁTICA E SOFTWARE INF.	2.517.596,00	3,04%
	EQUIP. ADMINIST, BÁSICO, FERRAM.	3.598.562,00	4,35%
	ARTIGOS E OBJ. VALOR E OUT. INV.	3.635.305,00	4,40%



	<b>LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>253.379,00</b>	<b>0,31%</b>
	<b>BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO</b>	<b>28.147.209,00</b>	<b>34,03%</b>
<b>08</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CAPITAL</b>	<b>6.097.500,00</b>	<b>7,37%</b>
	SOC. E QUASE SOC. FINANCEIRAS	1.650.000,00	1,99%
	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.800.000,00	2,18%
	INST.S/FINS LUC. FAMÍLIAS E RESTO MUNDO	2.647.500,00	3,20%
<b>09</b>	<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>	<b>1.615.035,00</b>	<b>1,95%</b>
<b>10</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>2.727.085,00</b>	<b>3,30%</b>
	<b>DESPESA CAPITAL</b>	<b>82.714.237,00</b>	<b>100,00%</b>

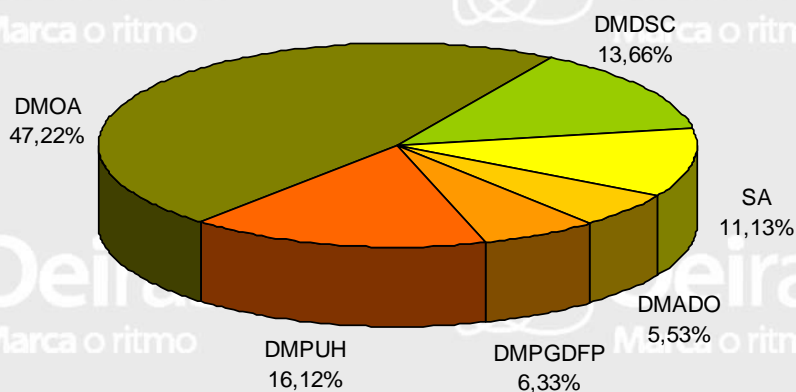
Ao nível do investimento, a despesa municipal representa uma maior racionalização do esforço de investimento registando um crescimento de 9,14% com vista à consolidação dos projectos e obras estruturantes já iniciadas ou a iniciar em 2010, considerando-se no entanto fundamental, continuar a garantir a captação de níveis de financiamento comunitário como as que decorram da implementação do novo Quadro Comunitário de Apoio (2007-2013) QREN ou de parceiros público-privados suficientes para maximizar as oportunidades, em matéria de competitividade disponíveis, muito embora a concentração do investimento estabeleça prioridades que dificultam a realização e a obtenção de financiamentos para as contrapartidas municipais.

## Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano (GOP) estão associadas à orgânica aprovada e a uma estrutura que englobam o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipal, aplicando a classificação funcional sugerida pelo POCAL. Apresenta-se, em primeiro lugar os valores das GOP distribuídos pelas orgânicas.

Orgânica	GOP 2010			
	Corrente	Capital	Total	%

<b>2</b>	<b>SA</b>	<b>5.986.076,00</b>	<b>9.294.985,00</b>	<b>15.281.061,00</b>	<b>11,13%</b>
211	GP	205.000,00	1.762.305,00	1.967.305,00	1,43%
221	GMA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,04%
231	GDM	653.000,00	0,00	653.000,00	0,48%
241	GCAJ	455.250,00	5.250.000,00	5.705.250,00	4,15%
251	GC	2.387.576,00	32.500,00	2.420.076,00	1,76%
261	GAJF	700.000,00	1.810.000,00	2.510.000,00	1,83%
271	DPMPC	1.535.250,00	440.180,00	1.975.430,00	1,44%
<b>3</b>	<b>DMADO</b>	<b>5.040.467,00</b>	<b>2.552.596,00</b>	<b>7.593.063,00</b>	<b>5,53%</b>
31	DMADO	1.595.000,00	45.000,00	1.640.000,00	1,19%
32	DTSI	2.158.967,00	2.507.596,00	4.666.563,00	3,40%
33	DGRH	1.286.500,00	0,00	1.286.500,00	0,94%
<b>4</b>	<b>DMPGDFP</b>	<b>6.285.797,00</b>	<b>2.412.614,00</b>	<b>8.698.411,00</b>	<b>6,33%</b>
41	DMPGFP	460.997,00	0,00	460.997,00	0,34%
42	DPGF	2.850.000,00	1.900.000,00	4.750.000,00	3,46%
43	DGPCP	2.974.800,00	512.614,00	3.487.414,00	2,54%
<b>5</b>	<b>DMPUH</b>	<b>1.587.044,00</b>	<b>20.553.920,00</b>	<b>22.140.964,00</b>	<b>16,12%</b>
51	DMPUH	5.000,00	2.428.000,00	2.433.000,00	1,77%
52	DPGU	508.000,00	2.809.643,00	3.317.643,00	2,42%
53	DPE	796.134,00	8.509.224,00	9.305.358,00	6,78%
54	DH	277.910,00	6.807.053,00	7.084.963,00	5,16%
<b>6</b>	<b>DMOA</b>	<b>23.342.130,00</b>	<b>41.503.472,00</b>	<b>64.845.602,00</b>	<b>47,22%</b>
61	DMOA	0,00	0,00	0,00	0,00%
62	DOM	4.473.613,00	36.962.855,00	41.436.468,00	30,17%
63	DAE	18.868.517,00	4.540.617,00	23.409.134,00	17,05%
<b>7</b>	<b>DMDSC</b>	<b>16.709.665,00</b>	<b>2.054.530,00</b>	<b>18.764.195,00</b>	<b>13,66%</b>
71	DMDSC	0,00	0,00	0,00	0,00%
72	DEASD	10.315.600,00	1.462.230,00	11.777.830,00	8,58%
73	DPHCB	6.394.065,00	592.300,00	6.986.365,00	5,09%
<b>TOTAL</b>		<b>58.951.179,00</b>	<b>78.372.117,00</b>	<b>137.323.296,00</b>	<b>100,00%</b>



Numa análise objectiva, o Departamento de Obras Municipais em 2010 representa 47,22% em relação ao total da despesa nas matérias relacionadas com grandes projectos de

investimento, sendo de evidenciar as obras em espaço público com cerca de €14.000.000,00 entre os quais a 2ª fase do Parque dos Poetas e equipamento escolar €12.000.000,00.

No Departamento de Ambiente e Equipamento pesam a manutenção de espaços verdes, a requalificação de espaços exteriores com €5.500.000,00 e a valorização de espaços verdes públicos €2.300.000,00, com o compromissos de plantação de mais 25.000 novas árvores do plano estratégico de arborização.

Efectivamente, assumem especial relevância, nomeadamente, as verbas previstas pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico para expropriações €1.200.000,00 e o processo de expropriação Proagricultura com €4.000.000,00.

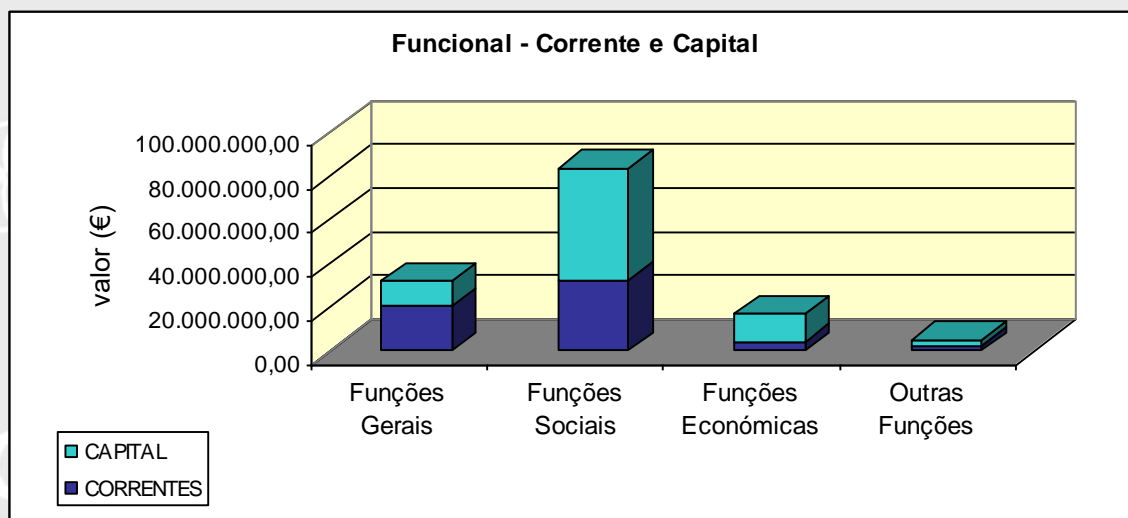
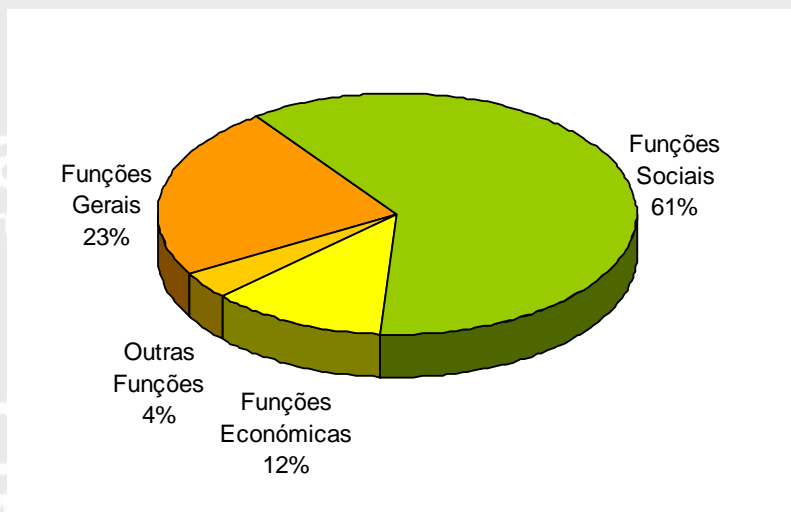
A revisão da Agenda 21+, a monitorização e revisão do PDM com a devida ênfase às acções de participação e publicação de documentos que são áreas de trabalho estruturantes da actividade do Gabinete de Desenvolvimento Municipal.

Na Direcção Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural, destaca-se na área da Educação, a requalificação da rede escolar, ao nível das infra-estruturas, da implementação de tecnologias de informação, do apoio social escolar, dos transportes, das refeições, da rentabilização de sinergias que contribuirão para o desenvolvimento consistente da formação a todos os níveis. Na acção social existem múltiplas propostas de colaboração com vista a criar condições favoráveis ao desenvolvimento social local. São disso exemplo a promoção da empregabilidade através da estreita colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a implementação do Centro para a Responsabilidade e Inovação Organizacional (Oeiras PRO) cuja finalidade é promover, partilhar e disseminar práticas de responsabilidade social junto das organizações do Concelho, dando em simultâneo resposta às necessidades de empregabilidade de grupos em situação de vulnerabilidade social. Apoios e incentivos de âmbito cultural e desportivo, bem como a consolidação das dinâmicas criadas pelas Bibliotecas Municipais.

O quadro e o gráfico seguintes ilustram a distribuição das verbas que constam das GOP pela classificação funcional de primeiro nível.

### CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - OBJECTIVOS GERAIS (NÍVEL 1)

OBJECTIVO	CORRENTES	CAPITAL	GERAL
1. Funções Gerais	20.325.406,00	11.797.833,00	32.123.239,00
2. Funções Sociais	32.482.401,00	51.208.542,00	83.690.943,00
3. Funções Económicas	3.928.405,00	12.755.742,00	16.684.147,00
4. Outras Funções	2.214.967,00	2.610.000,00	4.824.967,00
	<b>58.951.179,00</b>	<b>78.372.117,00</b>	<b>137.323.296,00</b>



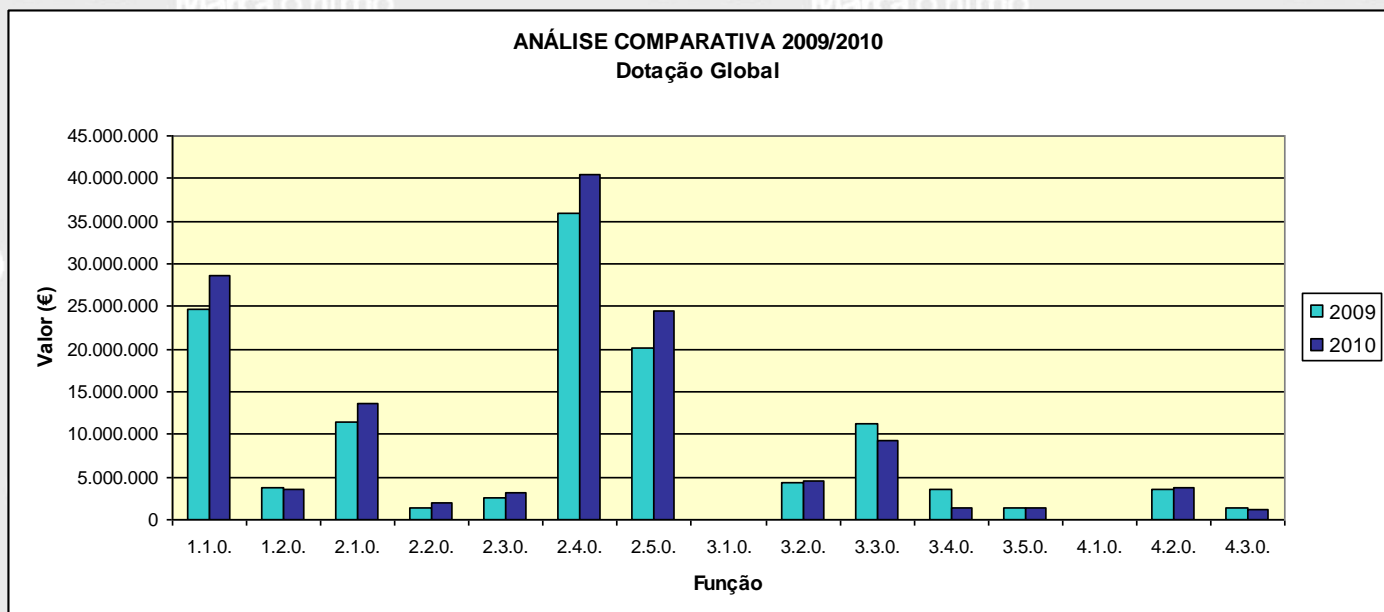
De forma detalhada apresenta-se a distribuição da despesa corrente e de capital das GOP por todas as classificações funcionais.

<b>Estrutura Funcional</b>		<b>CORRENTES</b>	<b>CAPITAL</b>	<b>GOP</b>
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>20.325.406,00</b>	<b>11.797.833,00</b>	<b>32.123.239,00</b>
1.1.0.	Serviços Gerais de Administração Pública	18.790.156,00	9.766.466,00	28.556.622,00
1.1.1.	Administração Geral	18.790.156,00	9.766.466,00	28.556.622,00
1.2.0.	Segurança e Ordem Pública	1.535.250,00	2.031.367,00	3.566.617,00
1.2.1.	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	1.345.850,00	370.700,00	1.716.550,00
1.2.2.	Polícia Municipal	189.400,00	1.660.667,00	1.850.067,00
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>32.482.401,00</b>	<b>51.208.542,00</b>	<b>83.690.943,00</b>
2.1.0.	Educação	5.532.425,00	8.088.747,00	13.621.172,00
2.1.1.	Ensino não Superior	2.443.550,00	8.085.747,00	10.529.297,00
2.1.2.	Serviços Auxiliares de Ensino	3.088.875,00	3.000,00	3.091.875,00
2.2.0.	Saúde	260.000,00	1.751.708,00	2.011.708,00
2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	260.000,00	1.751.708,00	2.011.708,00
2.3.0.	Segurança e Acção Sociais	2.563.075,00	595.730,00	3.158.805,00
2.3.1.	Segurança Social	0,00	0,00	0,00
2.3.2.	Acção Social	2.563.075,00	595.730,00	3.158.805,00
2.4.0.	Habituação e Serviços Colectivos	16.224.948,00	24.215.102,00	40.440.050,00
2.4.1.	Habituação	433.800,00	9.315.446,00	9.749.246,00
2.4.2.	Ordenamento do Território	843.548,00	4.814.383,00	5.657.931,00
2.4.3.	Saneamento	0,00	995.418,00	995.418,00
2.4.4.	Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00
2.4.5.	Resíduos Sólidos	6.290.000,00	1.305.000,00	7.595.000,00
2.4.6.	Protecção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	8.657.600,00	7.784.855,00	16.442.455,00
2.5.0.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	7.901.953,00	16.557.255,00	24.459.208,00
2.5.1.	Cultura	5.806.353,00	13.332.079,00	19.138.432,00
2.5.2.	Desporto, Recreios e Lazer	2.095.600,00	3.225.176,00	5.320.776,00
2.5.3.	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	0,00	0,00	0,00
<b>3.</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>3.928.405,00</b>	<b>12.755.742,00</b>	<b>16.684.147,00</b>
3.1.0.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,00	0,00
3.2.0.	Indústria e Energia	2.026.000,00	2.550.000,00	4.576.000,00
3.2.1.	Energia	2.026.000,00	2.550.000,00	4.576.000,00
3.3.0.	Transportes e Comunicações	884.513,00	8.464.504,00	9.349.017,00
3.3.1.	Transportes Rodoviários	884.513,00	8.464.504,00	9.349.017,00
3.3.2.	Transportes Aéreos	0,00	0,00	0,00
3.3.3.	Transportes Fluviais	0,00	0,00	0,00
3.4.0.	Comércio e Turismo	1.017.892,00	341.238,00	1.359.130,00
3.4.1.	Mercados e Feiras	154.000,00	5.000,00	159.000,00
3.4.2.	Turismo	863.892,00	336.238,00	1.200.130,00
3.5.0.	Outras Funções Económicas	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00
3.5.1.	Outras Funções Económicas	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00
<b>4.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>2.214.967,00</b>	<b>2.610.000,00</b>	<b>4.824.967,00</b>
4.1.0.	Operações da Dívida Autárquica	0,00	0,00	0,00

4.1.1.	Operações da Dívida Autárquica	0,00	0,00	0,00
4.2.0.	Transferências entre Administrações	1.900.000,00	1.810.000,00	3.710.000,00
4.2.1.	Transferências entre Administrações	1.900.000,00	1.810.000,00	3.710.000,00
4.3.0.	Diversas não especificadas	314.967,00	800.000,00	1.114.967,00
4.3.1.	Diversas não especificadas	314.967,00	800.000,00	1.114.967,00
		<b>58.951.179,00</b>	<b>78.372.117,00</b>	<b>137.323.296,00</b>

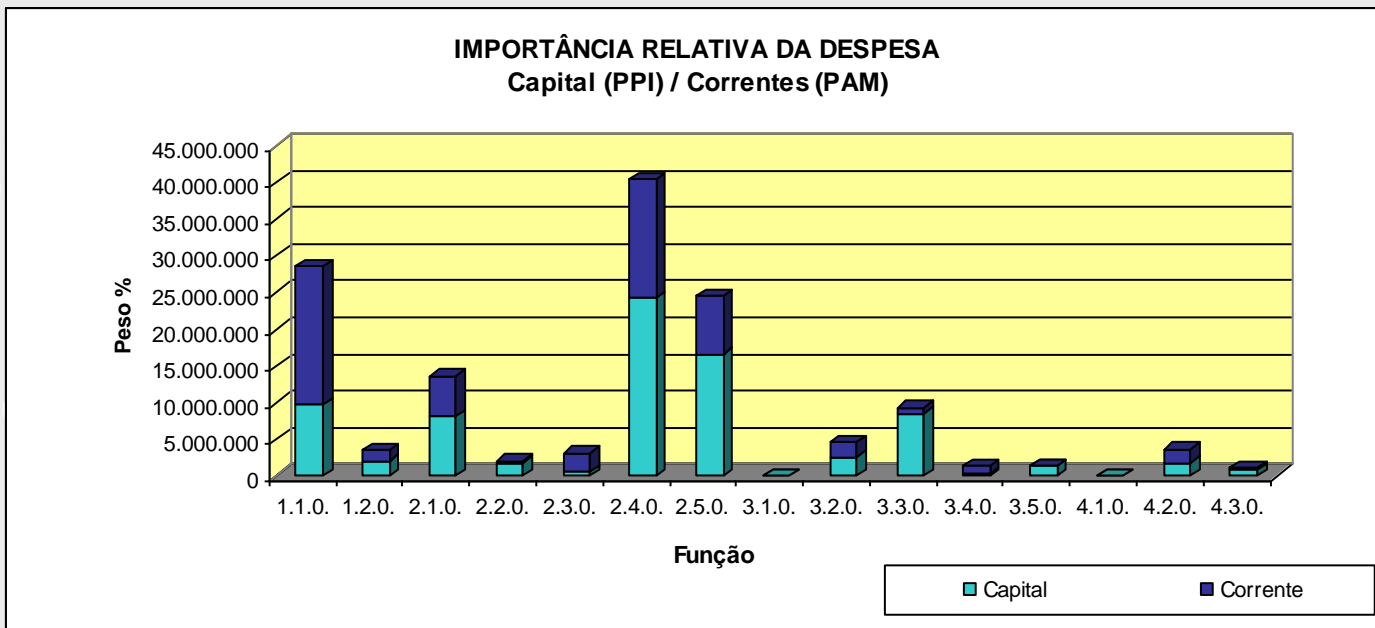
### ANÁLISE COMPARATIVA 2009 / 2010

DESCRIÇÃO	DESPESAS CORRENTES (PAM)			DESPESAS DE CAPITAL (PPI)			DOTAÇÃO GLOBAL		
	2009	2010	% 09/10	2009	2010	% 09/10	2009	2010	% 09/10
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>18.229.028</b>	<b>20.325.406</b>	<b>11,50%</b>	<b>10.285.850</b>	<b>11.797.833</b>	<b>14,70%</b>	<b>28.514.878</b>	<b>32.123.239</b>	<b>12,65%</b>
1.1.0. Serviços Gerais de Administração Pública	16.498.898	18.790.156	13,89%	8.195.913	9.766.466	19,16%	24.694.811	28.556.622	15,64%
1.2.0. Segurança e Ordem Pública	1.730.130	1.535.250	-11,26%	2.089.937	2.031.367	-2,80%	3.820.067	3.566.617	-6,63%
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>31.753.007</b>	<b>32.482.401</b>	<b>2,30%</b>	<b>39.442.160</b>	<b>51.208.542</b>	<b>29,83%</b>	<b>71.195.167</b>	<b>83.690.943</b>	<b>17,55%</b>
2.1.0. Educação	5.069.593	5.532.425	9,13%	6.313.141	8.088.747	28,13%	11.382.734	13.621.172	19,67%
2.2.0. Saúde	251.500	260.000	3,38%	1.088.080	1.751.708	60,99%	1.339.580	2.011.708	50,17%
2.3.0. Segurança e Acção Sociais	1.920.714	2.563.075	33,44%	546.744	595.730	8,96%	2.467.458	3.158.805	28,02%
2.4.0. Habitação e Serviços Colectivos	14.611.248	16.224.948	11,04%	21.342.131	24.215.102	13,46%	35.953.379	40.440.050	12,48%
2.5.0. Serviços Culturais, Recreat. e Religiosos	9.899.952	7.901.953	-20,18%	10.152.064	16.557.255	63,09%	20.052.016	24.459.208	21,98%
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>3.545.816</b>	<b>3.928.405</b>	<b>10,79%</b>	<b>17.014.913</b>	<b>12.755.742</b>	<b>-25,03%</b>	<b>20.560.729</b>	<b>16.684.147</b>	<b>-18,85%</b>
3.2.0. Indústria e Energia	1.850.000	2.026.000	9,51%	2.550.000	2.550.000	0,00%	4.400.000	4.576.000	4,00%
3.3.0. Transportes e Comunicações	770.316	884.513	14,82%	10.501.442	8.464.504	-19,40%	11.271.758	9.349.017	-17,06%
3.4.0. Comércio e Turismo	925.500	1.017.892	9,98%	2.563.471	341.238	-86,69%	3.488.971	1.359.130	-61,04%
3.5.0. Outras Funções Económicas	0	0	0,00%	1.400.000	1.400.000	0,00%	1.400.000	1.400.000	0,00%
<b>4. Outras Funções</b>	<b>2.406.000</b>	<b>2.214.967</b>	<b>-7,94%</b>	<b>2.647.364</b>	<b>2.610.000</b>	<b>-1,41%</b>	<b>5.053.364</b>	<b>4.824.967</b>	<b>-4,52%</b>
4.1.0. Operações da Dívida Autárquica	0	0	0,00%	0	0	0,00%	0	0	0,00%
4.2.0. Transferências entre Administrações	2.053.000	1.900.000	-7,45%	1.530.000	1.810.000	18,30%	3.583.000	3.710.000	3,54%
4.3.0. Diversas não especificadas	353.000	314.967	-10,77%	1.117.364	800.000	-28,40%	1.470.364	1.114.967	-24,17%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>55.933.851</b>	<b>58.951.179</b>	<b>5,39%</b>	<b>69.390.287</b>	<b>78.372.117</b>	<b>12,94%</b>	<b>125.324.138</b>	<b>137.323.296</b>	<b>9,57%</b>



**IMPORTÂNCIA RELATIVA DA DESPESA**

DESCRIÇÃO	PAM		PPI		GOP
	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>20.325.406</b>	<b>63,27%</b>	<b>11.797.833</b>	<b>36,73%</b>	<b>32.123.239</b>
1.1.0. Serviços Gerais de Administração Pública	18.790.156	65,80%	9.766.466	34,20%	28.556.622
1.2.0. Segurança e Ordem Pública	1.535.250	43,04%	2.031.367	56,96%	3.566.617
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>32.482.401</b>	<b>38,81%</b>	<b>51.208.542</b>	<b>61,19%</b>	<b>83.690.943</b>
2.1.0. Educação	5.532.425	40,62%	8.088.747	59,38%	13.621.172
2.2.0. Saúde	260.000	12,92%	1.751.708	87,08%	2.011.708
2.3.0. Segurança e Acção Sociais	2.563.075	81,14%	595.730	18,86%	3.158.805
2.4.0. Habitação e Serviços Colectivos	16.224.948	40,12%	24.215.102	59,88%	40.440.050
2.5.0. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	7.901.953	32,31%	16.557.255	67,69%	24.459.208
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>3.928.405</b>	<b>23,55%</b>	<b>12.755.742</b>	<b>76,45%</b>	<b>16.684.147</b>
3.2.0. Indústria e Energia	2.026.000	44,27%	2.550.000	55,73%	4.576.000
3.3.0. Transportes e Comunicações	884.513	9,46%	8.464.504	90,54%	9.349.017
3.4.0. Comércio e Turismo	1.017.892	74,89%	341.238	25,11%	1.359.130
3.5.0. Outras Funções Económicas	0	0,00%	1.400.000	100,00%	1.400.000
<b>4. Outras Funções</b>	<b>2.214.967</b>	<b>45,91%</b>	<b>2.610.000</b>	<b>54,09%</b>	<b>4.824.967</b>
4.1.0. Operações da Dívida Autárquica	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0
4.2.0. Transferências entre Administrações	1.900.000	51,21%	1.810.000	48,79%	3.710.000
4.3.0. Diversas não especificadas	314.967	28,25%	800.000	71,75%	1.114.967
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>58.951.179</b>	<b>42,93%</b>	<b>78.372.117</b>	<b>57,07%</b>	<b>137.323.296</b>



Para o ano 2010 as Grandes Opções do Plano prevêem um acréscimo de 9,57% na dotação global em relação a 2009. O montante global de € 137.323.296,00 corresponde a um incremento de 12,94% do Plano Plurianual de Investimento (PPI) e de um aumento de 5,39% do Plano de Actividades Municipal (PAM).

## ANÁLISE SWOT

A análise SWOT foi assumida como uma das ferramentas de planeamento e gestão estratégica da organização, permitindo através deste diagnóstico, a definição de acções devidamente alinhadas os objectivos operacionais, estratégicos e consequente missão e visão de futuro da organização.

A presente análise SWOT centra nas questões com um maior impacto potencial, assumindo a dualidade “organização” versus “concelho”, pois a actuação da organização determina a



evolução do concelho, bem como o contexto exterior pode constituir uma ameaça ou oportunidade para a actuação do Município.

Assim, os pontos fortes e fracos permitem identificar os aspectos mais importantes que caracterizam a organização e o concelho, conferindo uma situação de vantagem ou desvantagem para a implementação de determinada estratégia.

Quanto à análise ao ambiente/contexto externo, revela as oportunidades ou ameaças que podem surgir com as mudanças que aí se verificam.

Postos os factos, apresenta-se a seguinte matriz de análise SWOT, que reflecte um diagnóstico estratégico da organização pelo o período temporal correspondente ao presente mandato (2010-2013).

### Município de Oeiras

Vectores dos Pontos Fortes (S) e Fracos (W)		Peso relativo (*)	Avaliação geral	Valor (**)	
1	<b>Espaço geográfico/território</b>	15%	Aos factores de condicionamento natural, acresce uma forte responsabilização do Município na criação de um contexto de sustentabilidade geográfica e territorial	8	
	Localização privilegiada no território da Grande Lisboa e AML				S
	Características geográficas atractivas				S
	Ambiente natural privilegiado				S
	Território de atravessamento	W			
2	<b>Socio-Demografia</b>	10%	Sob a vertente demográfica, impõe-se uma redobrada atenção às dinâmicas de evolução demográfica e aos factores de atractividade e fixação da população mais jovem	5	
	Nível elevado de qualificação profissional e académica				S
	Rendimentos de trabalho acima da média nacional				S

	Tendência crescente de duplo envelhecimento da população	W			
	Dificuldades de integração escolar das gerações mais novas das comunidades menos integradas	W			
	Constrangimentos à fixação da população mais jovem e a classe média/média e média/baixa: - deficit de habitação diversificada - deficit de emprego diversificado + baixo índice de renovação da população activa	W			
<b>3</b>	<b>Economia</b>				
	Epicentro da competitividade	S			
	Grande representatividade de espaços de investigação e tecnologia	S			
	Forte implantação de sedes de empresas multinacionais	S			
	Forte implantação de empresas da economia do conhecimento	S			
	Localização de Institutos de Investigação de nível internacional	S	25%	Na economia os desafios surgem de forma crescente na convergência entre empresas e desenvolvimento tecnológico	8
	Grande representação de entidades ligadas à ciência da vida, biotecnologia e saúde	S			
	Fraca diversidade do sector económico	W			
	Sector comercial pouco prestigiado	W			
	Sector turístico em desenvolvimento	S			
	Fraca integração do sector turístico a nível em redes regionais e nacionais	W			
<b>4</b>	<b>Infra-estruturas e Equipamentos</b>				
	Espaços verdes e de lazer de elevada qualidade	S			
	Elevada oferta de equipamentos desportivos e de lazer	S			
	Sistema de acessibilidades e transportes deficitário: - deficit de um sistema integrado e intermodal de acessibilidades e transportes - deficit de interligações entre centros urbanos - deficit de oferta de transportes públicos - forte dependência do transporte privado	W	25%	Boa cobertura de infra-estruturas e equipamentos com contextualização em espaços de elevado valor paisagístico em contraposição com as acessibilidades e transportes públicos	6
	Qualificação das infraestruturas dos serviços básicos: água e saneamento	S			
	Deficit de equipamento cultural	W			
	Deficit de qualificação dos equipamentos escolares	W			
	Desenvolvimento e qualificação dos equipamentos de saúde	S			
	Forte implantação de equipamentos de segurança	S			
	Sistema de segurança de proximidade em desenvolvimento	W			
	Boa qualidade da rede rodoviária	W			
<b>5</b>	<b>Organização</b>		25%	Novo enquadramento organizacional munido de dinâmicas e modelos da nova gestão pública em	6

Imagem institucional	S	contraposição à cultura organizacional instituída	
Qualificação dos recursos humanos	S		
Cultura de empreendedorismo e inovação	S		
Capacidade de gestão estratégica do território (PDM)	S		
Capacidade de resposta em situações de crise	S		
Capacidade de mobilização de recursos financeiros	S		
Promoção da responsabilidade junto de entidades terceiras	S		
Constrangimentos de comunicação	W		
Absentismo; bolsas de resistência à mudança; motivação de manutenção	W		
Sobreposição de tarefas e ausência no cumprimento das normas e regras	W		
Falta de cultura organizacional e de gestão orientada a processos e objectivos	W		
Deficit de organização do trabalho em rede a vários níveis	W		
Deficit de desenvolvimento de projectos partilhados e participados	W		
		100%	6,7

## Município de Oeiras

Vectores das Oportunidades (O) e Ameaças (T)		Peso relativo (*)	Avaliação geral	Valor (**)
<b>1</b>	<b>Espaço geográfico/território</b>			
	Reforço das dinâmicas de desenvolvimento e atractividade	O	Oportunidade de redimensionamento e contextualização de novas dinâmicas territoriais e alerta aos factores de pressão e de descaracterização	6
	Qualificação urbana e ambiental (potencial captação de investimento empresarial e residentes)	O		
	Proximidade dos centros de decisão	O		
	Consolidação da estratégia dos Corredores Verdes	O		
	Localização geográfica estratégica no contexto metropolitano	O		
	Reabilitação de edifícios e dinamização dos centros históricos	O		
	Concorrência dos concelhos limítrofes na fixação da população mais jovem	T		
	Pressão urbanística dos concelhos envolventes	T		
	Solicitação urbanística premente e permanente	T		
	Falta de capacidade do sistema de transportes e de acessibilidade	T		
	Qualificação do espaço público	O		

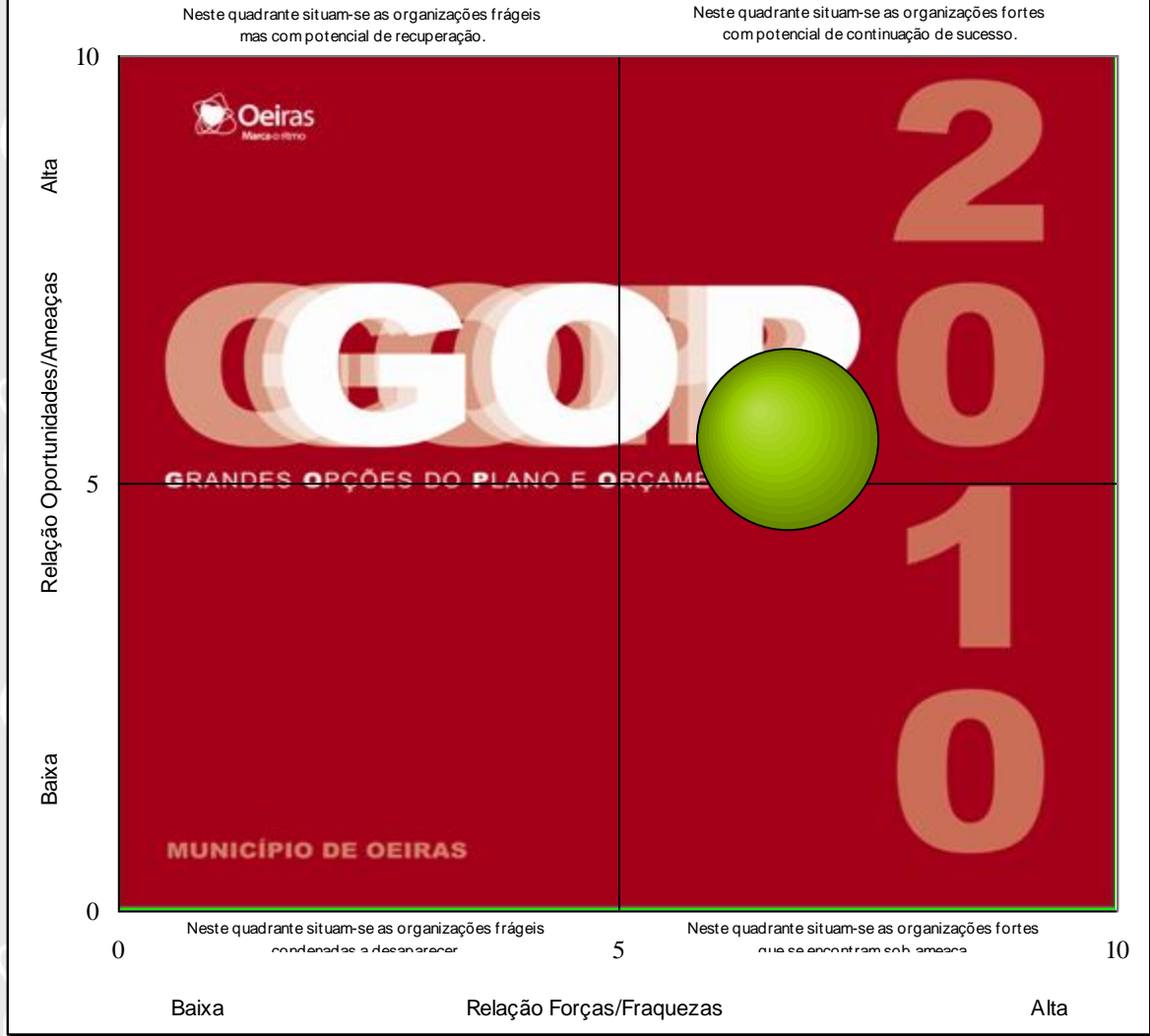
	Consolidação da frente ribeirinha	O			
2	<b>Socio-Demografia</b>				
	Nível sócio-económico e cultural da população	O			
	Promoção de acções de apoio ao envelhecimento	O			
	Falta de capacidade de retenção e de captação da população jovem	T			
	Maior diversificação do emprego	O			
	Promoção de habitação diversificada	O			
	Promoção de acções de política jovem e de infância	O	10%		
	Baixo índice de renovação da população activa	T			
	Falta de auto sustentabilidade do associativismo	T			
	Inclusão social, Município seguro, Cidade saudável e Acessibilidade	O			
	Frágil participação cívica	T			
	Reforço na integração das comunidades menos integradas	T			
Procura de serviços de saúde e sociais por parte da população externa que trabalha em Oeiras	T				
				Vertente a inserir no redimensionamento e contextualização das novas dinâmicas territoriais	6
3	<b>Economia</b>				
	Desenvolvimento de parcerias público-privadas	O			
	Atractividade para a fixação de empresas com tecnologia de ponta e de investigação	O			
	Crescimento do turismo de negócio e do turismo cultural e sénior	O			
	Falta de apoio da administração central em sectores, como a saúde, a educação, a cultura, a acção social e outros	T	25%		
	Conjuntura económica	T			
	Deslocalização de empresas	T			
	Deslocalização de fundos comunitários para países de economias emergentes e saída da área metropolitana de Lisboa do objectivo 1	T			
	Baixa diversificação de emprego	T			
	Baixa capacidade de resposta do comércio tradicional	T			
				Vertente a inserir no redimensionamento e contextualização das novas dinâmicas territoriais	5
4	<b>Infra-estruturas e Equipamentos</b>				
	Promoção da segurança passiva (iluminação, vídeo-vigilância, outros)	O			
	Desenvolvimento do plano de mobilidade para o concelho	O			
	Plano estratégico dos equipamentos escolares (PE 3)	O	25%		
	Deficit de transporte integrado e intermodais	T			
	Dominância do transporte privado	T			
	Reforço das ligações interconcelhias	O			
				Vertente a inserir no redimensionamento e contextualização das novas dinâmicas territoriais	6

5	<b>Organização</b>				
	Ampliação da linha do SATU no âmbito do protocolo com o concelho de Sintra	O			
	Constituição de redes de cooperação regional e nacional em diversos sectores	O			
	Parcerias inter-municipais, rentabilização de recursos e desenvolvimento de sinergias	O			
	Tendência para o acréscimo de atribuições sem a correspondente afectação de recursos financeiros	T	25%	Tendência à consolidação e inovação. Vulnerabilidade às novas burocracias	5
	Alteração simultânea e radical da legislação aplicável	T			
	Deficiente inter-relacionamento entre os vários níveis de administração central e local	T			
Falta de sustentabilidade das empresas municipais	T				
			100%	5,5	

\* Peso relativo: ponderação atribuída

\*\* Valor: escala de equivalência ao peso relativo

### Mapa de Posicionamento SWOT



## ACTIVIDADES PARA 2010

### Gabinete da Presidência

Considerando o Regulamento Orgânico da Câmara Municipal de Oeiras, publicado no Diário da República, 2ª série – Nº 186, em 26/09/07, o Gabinete da Presidência constitui uma unidade orgânica de apoio directo ao Presidente da Câmara no desempenho das suas funções.

Ao GP compete assegurar a assessoria política, técnica e administrativa; elaborar informações e pareceres; proceder a estudos; assegurar a representação do Presidente em actos a designar; promover contactos com os vereadores e com a assembleia municipal, entre outros.

O Gabinete da Presidência no ano de 2010, dará continuidade aos projectos/acções lançados no ano anterior, ou seja, ao desenvolvimento das relações institucionais do Município com outras entidades e organizações internacionais, nomeadamente no âmbito de Geminações com outros Municípios, promovendo parcerias e reforçando a cooperação internacional.

Visando atrair o investimento e o intercâmbio entre empresas, o GP continuará a dinamizar programas de visitas institucionais, de cortesia e técnicas a delegações dos municípios geminados, bem como, quando solicitado, a organizar acções de formação.

Sempre numa perspectiva de promover o desenvolvimento local e prestigiar a imagem da autarquia, o GP continuará a estabelecer protocolos de cooperação, nas mais diversas áreas, promovendo a competitividade empresarial entre regiões, a investigação e desenvolvimento em novas tecnologias, o intercâmbio entre Pólos Universitários, e a procura de novos mercados.

## Gabinete Municipal de Auditoria

O Gabinete Municipal de Auditoria, designado abreviadamente por GMA, tem por missão identificar e avaliar as actuais ou potenciais situações de risco e verificar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno instituído pelos órgãos competentes, com vista a assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares e a prossecução dos objectivos fixados.

Para a definição das linhas de acção a desenvolver no ano de 2010 concorreram os seguintes factores externos e internos:

Factores Externos

Factores Internos

Contexto orçamental restritivo que impõe rigor na gestão dos dinheiros públicos, como condição básica para melhorar a qualidade, a eficácia e eficiência dos serviços

Aperfeiçoamento do sistema de planeamento, controlo e avaliação da actividade municipal



Consciencialização crescente dos cidadãos do seu direito a exigir maior transparência e maior rigor na arrecadação das receitas e na realização das despesas	Preocupação sistemática com uma política de formação dos recursos humanos em estreita articulação com a actividade desenvolvida, muito exigente do ponto de vista técnico
Profusão de alterações legislativas	Investimento acrescido na consolidação da rede do controlo interno
Evolução e crescente utilização das tecnologias de informação e de comunicação	Adopção de elevados padrões de qualidade, passando pelo desenvolvimento e actualização de metodologias de controlo de modo a garantir a eficácia operacional e a harmonização de procedimentos

Perante estes condicionalismos, o GMA pretende desenvolver a sua actividade no âmbito dos seguintes objectivos estratégicos:

**OE 1. Promover uma nova cultura de gestão e de desempenho Municipal**

**OE 2. Aperfeiçoar o controlo da actividade económico-financeira e estratégica da Autarquia**

**OE 3. Contribuir para a melhoria permanente da gestão das empresas com participação municipal**

A concretização destas orientações estratégicas implicará o desenvolvimento dos seguintes objectivos operacionais e dos consequentes projectos e acções:

**OE 1. Promover uma nova cultura de gestão e de desempenho Municipal**

Objectivo Operacional: Promover o desenvolvimento de uma cultura de controlo



Acções:

- Difundir a cultura de controlo;
- Promover a harmonização de procedimentos.

## **OE 2. Aperfeiçoar o controlo da actividade económico-financeira e estratégica da Autarquia**

Objectivo Operacional: Desenvolver e consolidar o sistema de controlo interno

Acções:

- Aumentar a capacidade operacional da actividade de controlo;
- Incrementar a monitorização da aplicação das recomendações, superiormente aprovadas.

## **OE 3. Contribuir para a melhoria permanente da gestão das empresas com participação municipal**

Objectivo Operacional: Acompanhar o desempenho das empresas participadas

Acções:

- Acompanhar o desempenho das empresas participadas através do sistema de indicadores financeiros e operacionais (SACEP).

## **Gabinete de Desenvolvimento Municipal**

As áreas de trabalho estruturantes da actividade do GDM para 2010 estão predominantemente ligadas à Monitorização e Revisão do PDMO e respectivos documentos sectoriais, à



Oeiras

Marca o ritmo



Oeiras

Marca o ritmo



Implementação da Agenda 21+, à concretização do Portal Empresarial do Concelho de Oeiras.



## Aspectos globais

Marca o ritmo

Estratégias e propostas de desenvolvimento/ordenamento



Oeiras

Marca o ritmo



Oe

Marca

## Aspectos sectoriais

- Estratégia de Desenvolvimento e modelo territorial;

- Conceção e proposta do MOETO;

- Estruturação e funcionalidade dos territórios urbanos;

- Qualificação urbana: saúde, social, ambiental, infra-estruturas;

- Demografia/Habitação: estimativas;

- Situação económico/empresarial do Concelho;

- Carta da REN e Estrutura Ecológica Municipal;

- Carta da RAN;

- Carta e Regulamento Municipal de Ruído;

- Conservação de recursos e qualificação ambiental:

- Carta da Qualidade do Ar;

- Caracterização e Avaliação Ambiental;

- Carta de Riscos;

- EMA, Passos seguintes.



Oeiras

Marca o ritmo



Oeiras

Marca o ritmo



Oe

Marca



Oeiras

Marca o ritmo



Oeiras

Marca o ritmo



A **Revisão do PDM**, fase de Propostas, continua a ter uma importância central no Plano de Actividades de 2010.

Continuam também os ajustamentos à **nova legislação sobre o RJGT**, bem como a integração das orientações decorrentes da **Revisão do PROTAML**

A **implementação da Agenda 21+** continua, passando, nomeadamente, por:

- Concretização de Projectos-Motor;
- Desenvolvimento do Sistema de Indicadores SIDSO;
- Reforço do processo participativo em interacção com o processo participativo de Revisão do PDM;
- Reforço das mais valias decorrentes dos processos de aprendizagem no contexto da Agenda 21+.

Concretização do Portal Empresarial do Concelho de Oeiras, uma vez que se devem concretizar, ainda em 2009, a disponibilização das ferramentas básicas indispensáveis, para tanto, nomeadamente no que se refere ao software adequado.

Na sequência da elaboração de diversos documentos sectoriais, relacionados ou não com a Revisão do PDM, prevê-se a publicação dos respectivos relatórios finais, bem como o início dos processos de monitorização.

Em 2010 serão iniciados os trabalhos relativos à preparação dos **Censos 2011**.

Estão admitidas assessorias externas nalgumas Áreas de Projecto:



- Carta de Riscos;

- Caracterização e Avaliação Ambiental;

- EMA, Passos seguintes.

Todas as Áreas de Projecto continuam a ser suportadas, a nível do GDM, pelo desenvolvimento e consolidação de rotinas, já perfeitamente estabilizadas, que permitem responder a necessidades permanentes no domínio da informação estruturada e actualizada e em consonância com outros organismos e instituições, diversos níveis, cujas implicações vão para além da Revisão do PDM:

- SIG para planeamento territorial e monitorização do PDM;

- Base de Indicadores Multisectorial: Concelho, Freguesias e Unidades Urbanas;

- Base de Cartografia Temática.

Para tanto, é fundamental melhorar, de forma adequada, as ferramentas informáticas, nomeadamente os softwares e a formação respectiva, que permitem prosseguir o desenvolvimento de projectos em ambiente SIG e responder às solicitações actuais sobre ordenamento e planeamento.

Complementarmente, serão concretizadas acções diversas, no quadro da actividade do GDM e em participação com outros sectores da CMO e com outros serviços externos, regulamentadas ou não por Protocolos. Muitas destas acções, em diversos domínios sectoriais, perspectivam-se como mais valias funcionais para a CMO, na medida em que se pautam pela integração em sistemas mais abrangentes, nomeadamente redes com sistemas comuns de informação e gestão.




## Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico

No que especificamente concerne ao Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico (**GCAJ**), órgão de **staff** e que tem por missão zelar pela legalidade da actuação global do município nas suas múltiplas incidências a que o Art.º 27º e 28º do novo Regulamento Orgânico se reporta, e dentro deste, a Divisão de Contra-Ordenações (**DCO**), vão a seguir justificadas as acções que a integram e as dotações que lhe estão afectas.


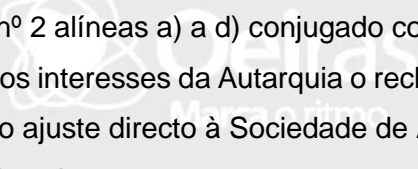
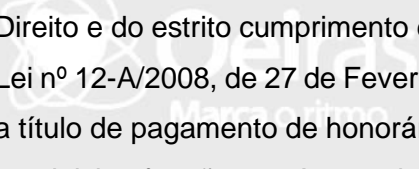
Na elaboração das GOP's para o ano de 2010 foi levado em consideração no que às obras coercivas a efectuar pela Autarquia no âmbito do RJUE respeita, o número crescente de pedidos de intervenção por parte de particulares em casos de manifesta urgência ou estado de necessidade administrativa que por isso se justifica acautelar do ponto de vista da sua incidência financeira. A intervenção municipal é obrigatória sempre que razões de segurança de pessoas e bens esteja em causa, por perigo iminente de ruína dos prédios face à inércia dos proprietários que, muitas vezes, não executam as obras por manifesta indisponibilidade financeira.

A dotação respeitante às despesas judiciais e emolumentares mantém-se em virtude do número de processos de despejo que ainda se encontram pendentes no Tribunal Judicial da Comarca de Oeiras e dos inerentes encargos que a partir de 1 de Setembro de 2008 sofreram um significativo aumento por virtude da entrada em vigor do novo Regulamento das Custas Processuais.


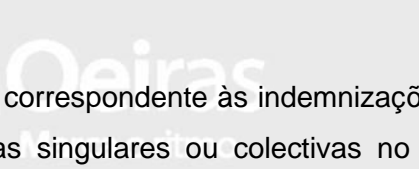
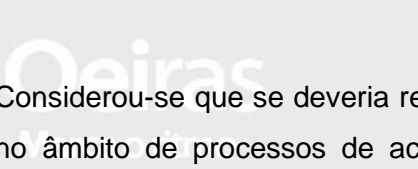
Considerou-se que se deveria manter a dotação respeitante ao pagamento indemnizatório para cumprimento de sentenças judiciais, em virtude da projecção que se fez com base na fase processual em que se encontram as acções de natureza condenatória para pagamento de quantias pecuniárias em que o Município é demandado nos diversos tribunais.






O desaforamento dos processos de despejo, outrora por via judicial e que passarão a ser tramitados por via administrativa (despejos sumários e sua execução coerciva) implica que se acautele a dotação respeitante sua à logística, sempre que para o efeito se repute necessário intervir compulsoriamente na desocupação das habitações sociais nos termos do Art.º 126º do D.L. nº 280/2007, de 7 de Agosto.



Em resultado do aumento da litigiosidade e dos custos inerentes pelo acesso à justiça, pela necessidade de recurso ao outsourcing em virtude do grau de especialidade nas áreas do Direito e do estrito cumprimento dos Artigos 35º, nº 2 alíneas a) a d) conjugado com o 94º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro sempre que os interesses da Autarquia o reclamem seja a título de pagamento de honorários bem como do ajuste directo à Sociedade de Advogados que iniciou funções na Autarquia a partir de Outubro de 2009.




Considerou-se que se deveria reduzir a dotação correspondente às indemnizações a pagar no âmbito de processos de acidente a pessoas singulares ou colectivas no quadro da responsabilidade civil administrativa de acordo com o novo regime da responsabilidade civil extracontratual aprovada pela Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro face à média dos últimos exercícios.



Resta uma breve referência à **Divisão das Contra-Ordenações (DCO)** que tem por missão principal a instrução dos processos de ilícito contra-ordenacional e aplicação das coimas que constituem uma fonte de receita municipal nos termos do Art.º 10º al. f) da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Nova Lei das Finanças Locais), sendo por isso uma sub-unidade.




Gabinete de Comunicação




Oeiras  
Marca o ritmo

Muitas foram as alterações registadas ao longo dos últimos anos fruto da evolução tecnológica e organizacional, da intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação, da modificação da organização do trabalho e da difusão e acesso à partilha de informação.

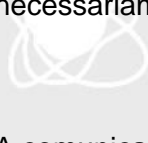


Oeiras  
Marca o ritmo

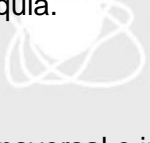


Oeiras  
Marca o ritmo

As transformações de natureza tecnológica potenciaram fenómenos de globalização no acesso à informação e conhecimento que vêm lançar todo um conjunto de novos desafios no plano internacional, nacional e local. A reforma da administração pública, através de medidas simplificadoras do diálogo com o cidadão, das quais o governo electrónico é um bom exemplo, espelha de forma clara o impacto da mudança e o modo como necessariamente condiciona a actuação da autarquia.




Oeiras  
Marca o ritmo




Oeiras  
Marca o ritmo

A comunicação, lato senso, pela sua natureza transversal e interactiva, está no centro destas transformações, sendo-lhe imprescindível estar noutra plano que não o da vanguarda da inovação tecnológica.

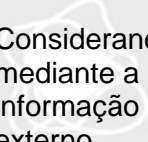


Oeiras  
Marca o ritmo

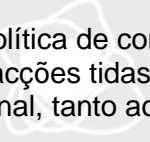


Oeiras  
Marca o ritmo

Atentos à missão do Gabinete de Comunicação - consolidar a imagem institucional da autarquia, prestando para o efeito serviços de comunicação, imagem e relações públicas, à medida dos objectivos e necessidades do município.



Oeiras  
Marca o ritmo




Oeiras  
Marca o ritmo

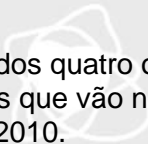
Considerando que lhe compete responder pela política de comunicação global do município, mediante a concepção, proposta e execução de acções tidas como adequadas à difusão de informação e promoção da boa imagem institucional, tanto ao nível interno como a nível externo.

Traçamos um plano assente em dois eixos estratégicos, respectivamente:

- Valorização do Capital humano através da qualificação da educação e formação de jovens e adultos activos, quer em formações médias, quer superiores. Para além da participação em instâncias de educação e formação de carácter formal, pretende-se acentuar a capacidade de criação e fruição cultural;
- Espaço de participação, inovação e modernização. Uma Administração que pensa estrategicamente e age democraticamente, valoriza a cidadania e o serviço público e serve não apenas clientes mas cidadãos a quem presta contas e com quem dialoga.




Oeiras  
Marca o ritmo



Oeiras  
Marca o ritmo


Aos eixos estratégicos estão associados quatro objectivos estratégicos, oito objectivos operacionais e quarenta e três acções que vão nortear toda a actividade do Gabinete de Comunicação no decurso do ano de 2010.





Oeiras  
Marca o ritmo


No plano organizacional, vamos apostar na simplificação e racionalização de processos e na implementação de um sistema de gestão da qualidade que vai permitir uma melhor gestão dos recursos existentes e, simultaneamente, dar visibilidade a novos perfis de competências que emergem dos avanços tecnológicos registados.



Oeiras  
Marca o ritmo

No plano tecnológico, vai ser dado um papel central aos meios digitais de difusão de informação regular não só aos munícipes de Oeiras, como a todos os que vivem, laboram ou fruem do concelho, quer a nível nacional quer a nível internacional. Para o efeito dispomos de quatro meios digitais de grande impacto. O primeiro suporte é o canal Oeiras acessível através de pontos-chave. Actualmente disponível no átrio dos paços do concelho, pretendemos alarga-lo a outros pontos vitais de difusão de informação no município, particularmente à Loja de Informação e Divulgação Municipal situada no Oeiras Parque que actualmente dispõe de um plasma para difusão selectiva de informação. Através deste canal são disponibilizadas notícias, destaques e vídeos temáticos sobre a vida social, cultural e desportiva do concelho. O segundo suporte é a página institucional do município de Oeiras na Internet, que beneficiou em funcionalidade fruto da alteração da plataforma tecnológica e em qualidade pelo aumento de recursos disponíveis aos utilizadores. Por sua via é disponibilizada informação de qualidade, de forma democrática, simples acessível e transparente, garantindo a promoção pública das iniciativas da autarquia. Democrática porque prevê o acesso de todos os cidadãos, particularmente aqueles que possuem necessidades especiais, estando garantida a acessibilidade através de mecanismos de vocalização de conteúdos. Porque estará em 2010 também disponível numa segunda língua, no caso, o inglês e, por fim, democrática porque prevê pontos de acesso a Internet através de Cyber Totems ou em espaços criados especificamente para o efeito, para todos os que não possuem estes meios em casa. Simples, acessível e transparente porque o site foi estruturado em quatro áreas com grande interactividade fruto de recursos a suportes multimédia e redes sociais que dão visibilidade aos órgãos do município, às actividades da autarquia e aos serviços que a mesma presta ao cidadão, permitindo-lhe interagir com a autarquia de forma rápida e cómoda. O terceiro – Jornais Electrónicos Urbanos - é de impacto alargado e está actualmente em funcionamento em três locais chave, respectivamente no Largo 5 de Outubro no centro histórico de Oeiras, junto à entrada da estação de comboios em Oeiras e em Paço de Arcos. Durante o ano de 2010 vão ainda ser alargados a mais 4 localizações, levando aos pontos-chave do concelho informação actualizada ao minuto. Por último, e não menos importante, é de salientar o investimento na presença do Município de Oeiras nas principais redes sociais na internet, designadamente:

- Twitter ([www.twitter.com/Oeiras250anos](http://www.twitter.com/Oeiras250anos));
- Youtube (<http://www.youtube.com/CMOGC>)
- E o Facebook ([www.facebook.com/municipiodeoeiras](http://www.facebook.com/municipiodeoeiras)) no qual conta já com cerca de 1400 pessoas a acompanhar quotidianamente o que se passa em Oeiras.



Oeiras  
Marca o ritmo

No plano da divulgação e promoção da imagem institucional do município, para além de ser assegurada toda a comunicação urbana e institucional, vai ser dada continuidade a edição de quatro publicações, respectivamente a Real Idade orientada para um público maduro, o Roteiro 30 dias de difusão de informação prospectiva, o Boletim Oeiras Actual que faz a retrospectiva mensal e a Oeiras em Revista através da qual se difunde informação selectiva e de prestígio do Município. De salientar ainda a atribuição o Prémio Municipal de Imprensa – Gazeta de Oeiras – e a participação em exposições e eventos de larga escala através da criação e produção do stand institucional, especialmente aquele que será concebido no âmbito das comemorações do dia do Município de Oeiras.

O número de acções previstas cresce em número e altera em natureza de conteúdo relativamente às desenvolvidas no ano anterior sem haver acréscimo significativo de orçamento, posicionando o gabinete como um pólo de serviços multi-canal que comunica a identidade, a imagem e o modo como a autarquia se relaciona, no quadro das responsabilidades políticas e cívicas que lhe estão acometidas, com a comunidade local, regional, nacional e internacional.

## Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia

O presente documento procura apresentar uma breve reflexão sobre alguns dos aspectos que foram considerados mais importantes na dinâmica de funcionamento do GAJF.

Partindo do Gabinete já existente e das funções por este desempenhadas, particularmente vocacionadas para o acompanhamento da execução financeira e física da Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, procurou-se complementar o desempenho acrescentando um outro tipo de funções mais direccionadas para o tratamento e análise de informação.

Não só se procurou elucidar quanto a este tipo de funções, como também, reforçar a eficácia de resposta das funções já desempenhadas no acompanhamento da Delegação de Competências nas JF.

Neste sentido, foi, pois, necessário reforçar o acompanhamento quer da execução física quer financeira, por meio, não só, de visitas “in loco” mas, também, de outro tipo de instrumentos, por exemplo a análise dos relatórios periódicos (conforme é referido em protocolo de base), o registo da informação através de fotografias, e uma melhor articulação entre os Serviços da Autarquia e as Juntas de Freguesia.

## Execução física e financeira das Juntas de Freguesia 2009

Para além das duas principais acções, uma para despesa corrente e outra referente a despesa capital, com vista à operacionalização da transferência financeira correspondente ao trabalho executado pelas juntas de Freguesia, coexistem um conjunto de outras acções que não têm expressividade no plano e orçamento do GAJF, mas que se tornam visíveis no plano e orçamento das unidades orgânicas com as quais o gabinete mais articula.

Assim, estima-se, que para este ano, mais uma vez se ultrapasse o valor, inicialmente, orçamentado em 2.000.000,00 euros, ou seja uma execução total acima dos 100%. Execução que encontra maior expressão na rubrica de despesa de capital, pois foi necessário reforçar a rubrica de capital durante o ano de 2009.

Todavia, como existem outras acções de destaque, sobretudo ao nível da realização física, em seguida se enumeram:

**Acção:** Garantir o cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências no que se refere às condições, direitos e deveres recíprocos das duas entidades: as Juntas de Freguesia e a CMO (as actuais rubricas de despesa corrente e despesa de capital).

É realizada a apreciação do Relatório de Delegação de Competências das 10 Juntas de Freguesia para os quatro trimestres: análise de execução financeira e física.

De facto, os valores da Execução financeira total traduzem um imenso esforço desenvolvido pelas Juntas de Freguesia numa tentativa de melhor responder aos desafios da sua freguesia.

De um modo geral, no ano de 2009 as alíneas do protocolo de Delegação de Competências com maior destaque, no **conjunto dos quatro trimestres** (o período considerado em plano e orçamento contabiliza o 4º trimestre de 2008 e o 3 trimestres de 2009) são: **a conservação e reparação** (despesa de capital) de calcetamento em ruas e passeios, de passadeiras de

peões, traçados horizontais de trânsito e estacionamento auto, de colocação de separadores centrais, escadas públicas, gradeamentos, pilaretes, muros e caminhos pedonais têm absorvido o maior esforço de atenção dos presidentes de Junta, do total do orçamento.

Seguidamente, as rubricas com maior despesas apresentada, são as que se traduzem em **apoios concedidos pela CMO** (correspondem à despesa corrente) para a operacionalização do próprio protocolo, a mão-de-obra a as despesas associadas aos veículos, em seguida as intervenções em beneficiação das **instalações das Juntas de Freguesia**; as **restantes intervenções**; seguidamente a lavagem de ruas, mobiliário urbano, sinalização, apoio aos equipamentos desportivos e jardins e centros de apoio à terceira idade; e finalmente, os apoios às **Escolas da Rede pública e jardins-de-infância**;

**Acção 1) “apoio a iniciativas das Juntas de freguesia”** : atribuição de subsídio de capital para a aquisição, por parte de três Juntas de Freguesia de equipamento de som. Em 2009 foi apoiada a Juntas de Freguesia de Porto Salvo.

**Acção 2) “Apoio a iniciativas a Juntas de Freguesia”**: apoio financeiro no âmbito da comemoração do Carnaval.

**Acção sem expressão financeira no orçamento do GAJF**: Apoiar as festividades das Juntas de Freguesia, Paróquias e Colectividades do Concelho no que respeita ao apoio logístico e organizacional às festividades e comemorações (ainda, se está a proceder ao levantamento dos dados): o GAJF faz o levantamento de necessidades logísticas das entidades mencionadas para a realização das suas festividades e comemorações, informando os vários serviços, DEASD, DPHCP, DAE: DSU, DEV, DVM; DOM: DEM, DIM, DGEP, GC, DAG: DA, SPM, e fazendo a articulação para a operacionalização dos apoios concedidos. Esta acção decorre entre Abril e Outubro, sendo o restante período de preparação e elaboração de relatório de avaliação.

**Execução física e financeira das Juntas de Freguesia 2010**

De acordo com o que é solicitado, para o ano de 2010, as principais preocupações mantêm-se: continuar a tornar o controlo da despesa eficiente, particularmente no que se refere nos apoios às festividades, quer em termos da atribuição de apoios financeiros, quer sobretudo em termos de apoios logístico; procurar reforçar os contactos e a passagem de informação dos serviços da CMO para as Juntas de Freguesia e vice-versa. Será dada especial atenção à preparação do novo enunciado do protocolo de Delegação de Competências. Tem sido preocupação deste Gabinete a análise e tratamento de informação, em 2010 será feito um maior esforço neste sentido.

Assim, irão manter-se as rubricas de: despesa de capital e despesa decorrente, para transferência das verbas correspondentes à execução das Juntas de Freguesia no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências.

Numa lógica de transferência de meios para as juntas de Freguesia (para além do apoio em funcionários operários, equipamento e veículos para apoio a obras), será dado apoio para a aquisição de equipamento de som, de uma forma faseada: em 2008 foram apoiadas 3 freguesias, em 2010 foi apoiada 1 freguesia, em 2010 serão apoiadas mais 3 e posteriormente as restantes.

Manter-se-á, também, o apoio às festividades das Juntas de Freguesia, Paróquias e Colectividades do Concelho, no que respeita ao apoio logístico e organizacional, bem como financeiro, às festividades e comemorações. Situação que só tem expressividade financeira nas unidades orgânicas responsáveis pelos diversos tipos de apoio: subsídio, palco, divulgação, impressão de folhetos e cartazes, equipamento técnico variado, som, apoio técnico, auditórios, limpeza, autocarros, mesas, cadeiras, entre outros.

O Tratamento de informação: É dada grande importância à visibilidade do trabalho das Juntas de Freguesia no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências com a apresentação de imagem em registo fotográfico. Procurando-se, simultaneamente, registar o estado anterior à intervenção e a forma como ficou após a intervenção; Será feita a apresentação de breves pontos de situação, por trimestre, relativos aos níveis de execução financeira das

Juntas de Freguesia, com publicação no boletim municipal “Oeiras Actual. À semelhança do ano de 2009 será também preparado um relatório anual resumo das intervenções efectuadas, a apresentar à Assembleia Municipal, dando especial enfoque à realização física.

## Departamento de Polícia Municipal e Protecção Civil

Durante o ano de 2010 pretende-se dinamizar ainda mais a função preventiva e fiscalizadora, e aumentar a eficácia e eficiência e qualidade dos serviços prestados por este departamento (SPM, SPC e Serviços Administrativos), aumentando desta forma a segurança e bem-estar da população.

Para atingirmos este objectivo, no âmbito do SPM há a necessidade de aumentar o número de efectivos adstritos ao policiamento de proximidade nas zonas históricas e património municipal, o número de acções de fiscalização e dar início às acções de sensibilização e formação junto dos idosos, mantendo as acções junto das escolas. Pretende-se com estas acções de sensibilização e vigilância junto dos idosos (criação da linha de atendimento e apoio aos idosos) contribuir para um aumento do seu sentimento de segurança.

No decurso do serviço, os Agentes têm-se deparado com situações/ocorrências em que se constata a necessidade de formação técnico-profissional em algumas áreas, situação que urge ultrapassar com o aumento do número de acções de formação, de forma a melhorarmos a nossa eficácia e eficiência e, por conseguinte, a qualidade do serviço prestado e imagem.

Ainda com este objectivo, pretendemos dar continuidade ao processo de desburocratização e racionalização dos serviços e de caracterização das viaturas, dando-lhes uma maior visibilidade, presença e impacto.

É indispensável que se faça, em colaboração com todos os actores da segurança, uma análise da situação social e da criminalidade do concelho com o objectivo de se implementar novos modelos de policiamento e ou contratos locais de segurança, instrumentos essenciais para a prevenção da criminalidade e aumento da segurança.

Há ainda, em matéria de segurança, a necessidade de aprofundar no plano pedagógico e informativo a intervenção do Serviço Municipal de Protecção Civil, procurando sensibilizar a sociedade civil para situações de risco, pelo que se torna imperioso aumentar o número de acções de sensibilização e formação e promover a “Semana da protecção Civil”.

A política de apoio às corporações de bombeiros será mantida no intuito de aumentar a eficácia, eficiência e prontidão das mesmas, dotando-as de formação e equipamentos adequados e com níveis de manutenção ajustados às suas necessidades, bem como de um serviço permanente de bombeiros (Criação de Equipas de Intervenção Permanente).

A estreita colaboração e articulação com as corporações de bombeiros, procura assegurar a sua melhor eficácia em situações de prevenção, emergência e resposta.

O Serviço Municipal de Protecção Civil manterá o apoio interno às diversas solicitações de outras unidades orgânicas da câmara, zelando pelo cumprimento das normas de segurança dos espaços e equipamentos municipais. O apoio à realização de diversos eventos, traduzir-se-á na disponibilização de meios próprios e/ou das corporações de bombeiros (meios humanos e materiais).


Assegurará ainda a avaliação das vulnerabilidades municipais perante situações de risco, em estreita colaboração com entidades locais e nacionais, bem como a elaboração de planos de contingência em situações de emergência.




## Direcção Municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional



As opções e as acções previstas para 2010 resultaram do entendimento que fizemos dos compromissos políticos assumidos e das estratégias definidas na gestão dos recursos humanos, tecnológicos e materiais com vista à satisfação dos nossos “clientes internos e externos” num contexto de permanente mudança e de inúmeros desafios. As alterações legais ocorridas nos últimos anos dos enquadramentos jurídicos estruturantes da actividade municipal e das metodologias de gestão pública, que passam pelo planeamento e avaliação dos serviços, exigem-nos que façamos mais e melhor com menos recursos.



Com uma visão centrada no desenvolvimento organizacional, os objectivos e as metas propostos são ambiciosos, dada a transversalidade dos projectos e a forte dependência de factores externos.



### Divisão Administrativa

A Divisão Administrativa desenvolve um conjunto de funções diversificadas no âmbito da prestação de serviços de apoio administrativo e logístico que asseguram o regular funcionamento da organização.

Esta área de intervenção municipal carece das competências adequadas ao eficaz e eficiente desempenho. O desafio para 2010 centraliza-se no **reforço de competências e qualificações** nas áreas, jurídica, gestão e arquivo/gestão da documentação.



Na senda da permanente preocupação com a **racionalização e otimização dos recursos**, continuaremos o esforço de otimização da gestão contratual com as empresas prestadoras dos serviços de vigilância e limpeza e de gestão dos refeitórios/bares, num contexto crescente de necessidades a satisfazer.

Em matéria de atendimento ao público, que entretanto passará para a competência do Gabinete da Qualidade, de acordo com o Regulamento Orgânico, procederemos à **reorganização do serviço de Expediente** de acordo com os circuitos procedimentais relativo aos Licenciamentos Diversos recentemente redefinidos.

No âmbito do **apoio aos órgãos municipais**, pretendemos a extensão da aplicação “Salão Nobre Digital” como suporte de gestão da informação e da aprovação das propostas de deliberação, às reuniões do órgão deliberativo, Assembleia Municipal.

Sendo ainda competência da divisão, no que se refere ao apoio aos órgãos, a análise e validação de carácter administrativo e jurídico das propostas de deliberação submetidas a aprovação do executivo, é essencial a afectação de um jurista com conhecimentos e competências adequadas.

A área do Arquivo e da gestão da informação e documentação constitui o grande desafio desta divisão nos próximos anos. Iniciado há cerca de 2 anos, o projecto da Digitalização de grandes formatos aplicado ao arquivo do urbanismo (processos de obra), com vantagens já evidentes, ao nível do acesso à informação/documentação pertinente dos processos pelos técnicos dos vários serviços e ao nível da logística de disponibilização/transporte/conservação de processos, tem visto optimizadas as soluções de digitalização e de gestão arquivística do projecto, embora se ambicione um nível de utilização superior que exigirá mais recursos humanos em contrapartida.

O **Serviço de Arquivo Municipal** e o Serviço de Expediente com a gestão do arquivo corrente terão de ser geridos e tratados de forma integrada como o exige a gestão do ciclo de vida de um documento numa organização. Um Arquivo moderno passa pela revisão das

funções arquivísticas da descrição, classificação, selecção, avaliação e eliminação, dos documentos cujo suporte é hoje cada vez mais digital, à luz das novas tecnologias aplicadas à gestão documental. O projecto da Gestão Documental do Departamento das Tecnologias e Sistemas de Informação previsto iniciar em 2010 terá de ter em conta as exigências arquivísticas desta área de actuação, no que respeita designadamente, à preservação digital dos suportes digitais. Crítica é ausência de competências suficientes e adequadas à gestão dos “arquivos” modernos que exigem para além de competências arquivísticas e de gestão, competências na área dos sistemas de informação.

### Gabinete da Qualidade

A proximidade face ao *cliente* (externo e interno) exige, desde logo, responsabilidades acrescidas na qualidade do serviço prestado, pelo que faz sentido investir na melhoria contínua, no desenvolvimento e envolvimento dos colaboradores, na inovação, na liderança, na consistência de objectivos e de resultados, potenciando, assim, um modelo de Qualidade no Município de Oeiras.

Neste contexto, este gabinete tem vindo a promover a Qualidade de forma incremental, pelo que se compromete, em 2010:

1. Implementar o **Sistema de Gestão da Qualidade** – SGQ, ao abrigo da Norma NP EN ISO 9001:2008, no Departamento de Polícia Municipal e Protecção Civil, no Departamento de Habitação e promover a **Acreditação na área de ensaios e medições acústicas**, no Serviço de Polícia Municipal;
2. Promover, em articulação com as restantes unidades da DMADO, a aplicação do **Modelo Integrado de Gestão** – MIG (ferramenta *Balanced Scorecard*) em todas unidades orgânicas, que decorre por um lado, da obrigatoriedade de definição de QUAR's resultantes da aplicação do SIADAP 123 e por outro, pela necessidade sentida de promover um modelo de avaliação da *performance*/desempenho dos serviços orientado para uma abordagem por processos, que assegure o alinhamento das actividades operacionais com a estratégia. O MIG irá fornecer aos dirigentes uma visão global e integrada do desempenho por unidade orgânica nas perspectivas financeira, processos, cliente e aprendizagem/desenvolvimento;

3. Garantir a aplicação das medidas assumidas no **Simplex Autárquico**;

4. No domínio do **atendimento genérico** o Gabinete da Qualidade, durante este ano, procedeu ao levantamento/diagnóstico dos processos de atendimento genérico, a integrar o **Balcão de Atendimento Genérico**. Assumimos o compromisso de implementar o “Balcão” no ano de 2010 e um conjunto de novas funcionalidades para o atendimento telefónico, mediante a solução **Call Center** (gestão de chamadas, de filas de espera e a monitorização do serviço prestado);

5. Na área da **informação e apoio ao consumidor**, promoveremos acções de sensibilização e informação sobre dois temas actuais: “Comércio Electrónico, vantagens e desvantagens para o consumidor” e “Meios Judiciais e extra-judiciais de resolução de litígios”, para além, da gestão das reclamações do consumo e do encaminhamento para a arbitragem.

6. No âmbito do Núcleo de Reclamações, procederemos à **reengenharia do processo de Gestão das Reclamações**;

7. Na área da **gestão de conteúdos**, iremos garantir a dinamização dos conteúdos na **Intranet** em parceria com a Divisão de Sistemas de Informação e na **Internet** em articulação com o Gabinete da Comunicação.

### **Departamento de Gestão de Recursos Humanos**

Atendendo à missão deste Departamento, e assumindo um dos principais objectivos estratégicos, - o Desenvolvimento do Potencial dos Recursos Humanos -, através do crescimento, integração e valorização socioprofissional e do aumento da motivação e satisfação dos colaboradores, assumimos concretizar um conjunto de objectivos operacionais e de acções que consubstanciam aquele propósito. Num momento de mudança profunda de paradigma legal da gestão de recursos humanos que implicou e continuará a implicar uma reorganização do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e um acréscimo exponencial de tarefas e funções num contexto ainda de incerteza relativamente à interpretação e conformação às novas soluções legais, vemos neste novo enquadramento uma oportunidade para com mais flexibilidade propor e agir ao nível desta área de actuação, respondendo às exigências com que se depara diariamente o município, respeitando os

direitos e as legítimas expectativas dos trabalhadores, e pugnando pelo reconhecimento do desempenho de mérito.

Na parte que lhe cabe concretizar do **Modelo Integrado de Gestão, implementaremos o SIADAP de 2ª Geração - SIADAP 2** (avaliação dos dirigentes), sendo que pretendemos aplicar o SIADAP 1 em 2011 com a avaliação dos serviços. Para tal, já iniciamos em 2009 um projecto-piloto com a DMADO e a DMPGFP de definição de objectivos, indicadores e metas monitorizáveis através de *tableaux de bord* em breve por solução informática, que será estendido a todas as unidades orgânicas em 2010, para que em 2011 possamos finalmente aplicar o SIADAP 123 integralmente.

Relativamente à **Gestão de Carreiras**, a que temos dado uma atenção acrescida, tendo-se criado em 2009 a oportunidade para a regularização do vínculo jurídico laboral de todos os trabalhadores contratados a termo certo, reduzindo a níveis próximos do zero, a taxa de precariedade laboral no Município, serão propostas medidas de valorização do mérito individual, através da aplicação de opções gestionárias e da atribuição de prémios de desempenho como tem acontecido nos últimos dois anos.

Refira-se que as necessidades de recursos humanos manifestadas pelos serviços, reflectem a situação de ausência de qualquer provimento durante finais de 2008 e todo o ano de 2009, pelo que se promoverá a abertura e instrução dos procedimentos necessários ao preenchimento dos postos de trabalho disponíveis (quando esse provimento não resultar dos cerca de 70 procedimentos abertos em 2009 por exigência legal) e, resultantes da aprovação do Plano de Recrutamento, dotando os serviços dos recursos humanos necessários à prossecução dos respectivos objectivos/actividades.

A necessidade de **melhorar e adequar os circuitos de informação e documentação** passa pela integração dos Sistemas de Informação relacionados com a gestão de recursos humanos de forma a permitir maior eficácia na gestão da informação, procedendo-se à aquisição e implementação do módulo AIRC “Recrutamento e Selecção de Pessoal”, à revisão do cadastro da aplicação “SGP - Sistema de Gestão de Pessoal” e ao

aperfeiçoamento da aplicação “Nexus” – Controle da assiduidade e inter-face da mesma com o SGP. Premente torna-se também a reorganização/ digitalização de processos individuais, elaborando-se para o efeito uma *check-list* constituída pelos documentos que devem constar dos mesmos e efectuando-se posteriormente a digitalização e subsequente arquivo, através de adequada solução informática. Impõe-se a reengenharia do processo disciplinar, através do levantamento rigoroso de todas as etapas do processo, preparando manual a divulgar pelos instrutores, consciencializando-os das alterações que resultam do novo “Estatuto Disciplinar”, preparando fluxograma do processo e minutas de documentos necessários para a respectiva instrução, numa perspectiva de otimizar o tempo de resposta;

No **Desenvolvimento da Cultura Organizacional**, será organizada uma iniciativa de *team-building* com vista a trabalhar a aplicação do SIDAP 123 e as novas exigências legais.

Na promoção da **Mobilidade Interna** incentivaremos o recurso ao Sistema de Mobilidade Interna, criando uma Bolsa de Mobilidade, como forma de fomentar o contacto com novas realidades laborais e o conseqüente desenvolvimento de novas competências.

**Diagnosticar necessidades formativas** através do *Novo Modelo Integrado de Diagnóstico de Necessidades de Formação*, constituído por dois momentos diferenciados, permitirá por antecipação, dar conta das necessidades formativas manifestadas pelas demais unidades orgânicas em face da prossecução dos objectivos estratégicos decorrentes do PEM; por reacção, as necessidades formativas dos trabalhadores resultantes da aplicação do SIADAP. De forma completar, atenderá ainda aos dados decorrentes do Instrumento de Diagnóstico Permanente de Necessidades Formativas, disponibilizado a todos os colaboradores na plataforma da internet.

**Gerir o Plano de Formação** com base no *Novo Modelo Integrado de Diagnóstico de Necessidades de Formação*, em contínua aplicação, implica que todo o ciclo formativo seja promovido, estruturado, desenvolvido, monitorizado e avaliado, com base em planos de formação interna e através da participação dos trabalhadores em acções e eventos nacionais e internacionais, de forma a permitir a constante aquisição e actualização das competências

e conhecimentos, com vista à evolução para patamares de maior exigência e eficácia. Temos consciência das vantagens em torno do novo conceito do “*new learning*”, em que a aprendizagem tradicional presencial, em sala, evolui para formas diversificadas em termos de metodologia e tecnologia. As competências a desenvolver com especial enfoque são liderança, avaliação do desempenho das organizações e das pessoas e gestão nas suas diferentes vertentes.

Relativamente ao **acolhimento e integração dos colaboradores e estagiários** serão realizadas acções para fomentar a boa integração dos novos colaboradores, bem como a promoção do Plano de Estágios do Município de Oeiras através do acolhimento de Estágios Profissionais e Curriculares de jovens preferencialmente residentes no Concelho de Oeiras.

No âmbito das áreas de intervenção da Saúde, Higiene, Segurança e Promoção Social projecta-se para 2010 o desenvolvimento de um plano de acções que, com adequada informação/ formação, vise promover uma atitude de mudança no trabalhador no sentido de melhoria da sua saúde física, psíquica e social, tendo como grandes objectivos operacionais:

- **A satisfação de acordos de serviço** ao nível dos Plano de Vacinação, Plano de Medicina no Trabalho e Plano de Apoio à Emergência;
- **Desenvolver a responsabilidade social para com o trabalhador e seus familiares**, através do Programa “Acolher Mais”, que integra o acompanhamento psicossocial aos trabalhadores, atribuição de subsídios e programas direccionados de apoio, dos quais podemos destacar: o apoio ao trabalhador com problemas de adição e o apoio à mulher trabalhadora grávida;
- **Avaliar e acompanhar boas práticas de SST e prevenção**, através da consolidação de projectos que visam a excelência das boas práticas em Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, designadamente pela aplicação do “Programa Prevenir Mais” que integra campanhas de vacinação e protecção solar, rastreios selectivos, rede de apoio ao trabalhador acidentado, consultas médicas de clínica geral, com o objectivo de contribuir para a diminuição do absentismo por motivo de doença e acidente;

- **Promover uma política eficaz de prevenção da doença**, que permitam a redução do absentismo por doença e acidente.

## Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação

O Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI) através da Divisão de Sistemas de Informação (DSI) e Divisão de Infra-estruturas e Administração de Sistemas (DIAS), considera para 2010 o desenvolvimento e operacionalização de um conjunto de projectos estruturantes evidenciados na estratégia de modernização técnica e administrativa da organização.

## Divisão de Sistemas de Informação

No âmbito da gestão da Divisão de Sistemas de Informação, referem-se alguns projectos que constituem a continuidade e efectividade de projectos já iniciados e de outras soluções de inovação aplicacional que, à imagem do ano anterior, em 2010 irão absorver grande parte dos recursos disponíveis ao longo do ano, na medida em que se encontram na fase de operacionalização e requerem elevado acompanhamento técnico e de gestão de projecto.

Relativamente ao **conjunto de projectos iniciados e desenvolvidos durante 2009**, detém especial relevo o projecto do Sistema Integrado de Gestão de Informação Municipal – *Enterprise Resource Planning (ERP)*, no que concerne à consolidação das aplicações em funcionamento e à implementação de novas soluções, constituindo individualmente, subprojectos de elevada criticidade. Entre os mesmos, destaca-se o projecto de Gestão Urbanística – Módulo SPO (Sistema de Processo de Obra), a implementação de módulos de suporte à Gestão da Receita, dos Armazéns Municipais, do Património e Cadastro Patrimonial e de Obras por Administração Directa.

A implementação de solução de Gestão Documental – Módulo SGD (Sistema de Gestão Documental), a integrar com os módulos *MyNet* (integrante também no projecto ERP do Município) e SPO, surge ainda como plataforma de suporte ao atendimento ao Município. Pretende-se materializar esta solução durante 2010, associada ao conceito de CRM (Citizen Relationship Management).

O outro projecto de relevo e de realização plurianual é o “**Projecto RISE – Rede Integrada de Serviços de Educação**”, que integra um conjunto de subprojectos que serão consolidados durante 2010. Os subprojectos referidos são o **Portal da Educação** (que integra conteúdos interactivos complementares ao programa curricular educativo), a solução de **Gestão de Refeitórios Escolares** (ambiciona dotar a gestão dos refeitórios escolares de maior eficiência e desburocratizar o processo de aquisição de senhas e com expansão do projecto a novos refeitórios escolares durante 2010), a **Gestão de Pedidos de Intervenção das Escolas do Município** (que permite dotar este processo de maior fluidez e celeridade de execução, possibilitando o controle efectivo do estado das intervenções solicitadas por parte dos serviços municipais responsáveis), a **Formação de Professores e de Encarregados de Educação**, ou seja, de potenciais utilizadores do conjunto de soluções aplicacionais disponibilizadas na Web e o *Business Intelligence - BI* da carta educativa (que se baseia no desenvolvimento de indicadores informativos e estatísticos na área educativa do Município). No âmbito dos Portais Temáticos, tendo sido referido anteriormente o Portal da Educação, prevê-se a implementação efectiva do Portal da Acção Social durante 2010, tendo este projecto sido atrasado em razão da definição de outras prioridades de SI ao longo de 2009.

No que concerne aos **novos projectos para 2010**, será desencadeada nova fase do projecto de integração SIG – Sistema de Informação Geográfica, tendo sido efectuado o levantamento de necessidades junto dos serviços ao longo de 2009 e definida a arquitectura funcional do projecto. Esta nova fase contempla a selecção de plataforma única transversal à totalidade dos serviços utilizadores deste tipo de informação e serviços de georeferenciação temáticos.

Face ao exposto, e para além da satisfação do conjunto de necessidades operacionais dos serviços ao nível de sistemas de informação que decorrem ao longo do ano, 2010 será



principalmente um período de consolidação de iniciativas que transitam de anos anteriores e que se encontram em fases distintas de desenvolvimento.

### **Divisão de Infra-estruturas e Administração de Sistemas**

No âmbito da Divisão de Infra-estruturas e Administração de Sistemas as actividades decorrentes dos objectivos estratégicos e operacionais definidos visam imprimir inovação e fiabilidade nas infra-estruturas de sustentabilidade aos projectos de cariz tecnológico.

No âmbito do **Projecto RISE (Rede Integrada de Serviços de Educação)**, em 2010, procederemos à abertura de um concurso público internacional para a infra-estruturação das restantes cerca de vinte escolas públicas EB1 e JI do concelho, pelo que será um ano em que não realizaremos qualquer intervenção de infra-estruturação nas escolas. Daremos, ainda, continuidade a outros **projectos iniciados em 2009**, mediante a conclusão do **Projecto telefonia IP**, o **apetrechamento do novo edifício DPMPC** com equipamento para videovigilância e rádio e a adequação dos equipamentos de armazenamento da sala de servidores.

No que concerne aos **novos projectos para 2010** e na vertente de inovação tecnológica, pretende-se uniformizar e otimizar o parque de equipamentos de impressão de grande escala dos diversos serviços, integrando em solução única consumíveis e manutenção.

Em 2010 é pretensão da Divisão de Infra-estruturas e Administração de Sistemas a permanente actualização da infra-estrutura de suporte a todos os serviços, através da **modernização dos equipamentos e adequação à dimensão do Município de Oeiras**.

Dos projectos e objectivos enumerados, é ainda de salientar a importância das acções desencadeadas no ano de 2009 bem como a sua continuação para o ano de 2010, já que se

traduzem não só numa mais valia relativamente a funcionalidades e serviços acrescidos, mas também numa rentabilização económica da infra-estrutura disponível.

## Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Financeira e Patrimonial

As intervenções da Direcção Municipal de Planeamento Gestão Financeira e Patrimonial visam no essencial.

- O acompanhamento e dinamização de processos e projectos envolvendo entidades externas ou outros serviços municipais;
- A assunção das suas responsabilidades na actividade de administração e de gestão financeira e patrimonial do Município;
- A cobrança coerciva das dívidas à autarquia, provenientes de taxas encargos de mais valias e outras receitas que por Lei caibam ao Município;
- Na valorização e rentabilização do património municipal;
- Adequação a uma estrutura organizacional, mais moderna;
- No reforço das áreas da sua competência, desenvolvimento e integração, bem como, na competência e abrangência dos seus recursos, perspectivando com optimismo a prossecução das metas estabelecidas;
- Promoção e busca contínua de factores diferenciadores alicerçados no conhecimento, com o objectivo da prestação de um serviço público de excelência;
- Potenciar a oferta dos Pagamentos Electrónicos;
- Na optimização da receita e despesa e o cumprimento das metas orçamentais, com esforço e melhoria no controlo deste instrumento;

- Na melhoria dos serviços prestados, nomeadamente, na Divisão de Contratação Pública, com a centralização dos procedimentos de aquisição de bens e serviços, numa óptica de facilitação dos procedimentos e redução contínua dos custos de funcionamento, sendo que o rigor exigido à situação das finanças e ao controlo da dívida, exige maior disciplina.

Estes são apenas alguns de muitos importantes projectos que contribuem para a evolução positiva desta Direcção resultado do trabalho desenvolvido por uma vasta equipa.

Por serem estruturantes, são dignos de nota. São também, garantia de continuação, apostando-se no conhecimento, nas novas tecnologias de informação e comunicação, contribuindo para a melhoria incessante dos níveis de eficiência e eficácia dos serviços e da qualidade dos mesmos.

Na via das orientações estratégicas traçadas, em consonância com a importância que a Direcção Municipal, dá à missão que lhe está adstrita, os desafios e oportunidades que se colocam, no sentido de melhorar e reforçar a sustentabilidade, requer um acréscimo de recursos, com novas e melhores qualificações, um reforço na formação e requalificação dos meios humanos e logísticos postos ao dispor, que pela sua relevância, carecem se ser urgentemente resolvidos e implementados, para a melhoria da sua gestão e aumento da qualidade do serviço público prestado, sem os quais estão em causa as transformações e procedimentos conducentes à instalação de uma plataforma de comunicação entre todo o sector financeiro do município;

- Gestão de Participações, Candidaturas e Projectos

- Execuções Fiscais

- Tesouraria;
- Gestão Financeira (receita e despesa);



- Planeamento e Orçamento

- Contratação Pública



- Património



A mudança e a modernização é encarada, assim, como pilar essencial para uma melhor administração, só desta forma será possível disponibilizar aos diferentes gestores e utilizadores internos, informação seleccionada e específica para a sua área de intervenção, de modo a que a partilha desta informação seja útil na gestão de cada unidade operacional.

A intervenção da auditoria interna nos termos do regulamento de controlo interno, poderá ser um contributo na melhoria e qualidade da informação e dos procedimentos internos, bem como, na sua racionalização, permitindo incrementar eficácia no serviço prestado ao Município, bem como, a auditoria externa no âmbito da obrigatoriedade da certificação das contas de acordo com o nº1 artigo 48º da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro.

Nesta conformidade, a Direcção Municipal, tendo em conta as vicissitudes e especificidades dos serviços que gere, nomeadamente, no âmbito do Serviço de Gestão de Participações, Candidaturas e Projectos, pretende-se continuar a proporcionar em tempo aos serviços a informação sobre as hipóteses de candidaturas a programas existentes, apoio à elaboração das mesmas, acompanhamento da execução material e financeira das candidaturas aprovadas, procedendo à gestão profícua das candidaturas e dos projectos, com interligação à entidade gestora do financiamento.

O serviço de Execução Fiscal tem como objectivo primordial para 2010:

- Colocar um espaço de Consulta do Serviço de Execuções Fiscais, no site da CMO;
- Tendo como objectivo a qualidade do atendimento e facultar e simplificar a informação aos munícipes interessados, apresentamos como projecto, um sitio integrado na página da

Câmara Municipal de Oeiras dedicado aos esclarecimento dos munícipes com processos em execução fiscal ou simplesmente interessados na informação do SEF, no sentido de atingir um maior número de pessoas a curto e médio prazo, ser um serviço da CMO que funcionará 24 horas por dia, ser um meio de comunicação interactivo, rápido e seguro entre o Serviço e os munícipes, e permitir a apresentação e utilização do Serviço de forma dinâmica, moderna e profissional;

- Implementar um “mini call-center” de cobrança de processos em execução fiscal;
- Devido ao elevado número de processos em sede de execução fiscal e, tendo como objectivo aumentar a eficácia da execução, diminuindo o número processos extintos por prescrição, propomo-nos a implementar um “mini call-center” de cobrança. Este call-center será responsável pela cobrança telefónica de processos (pelo contacto directo com o executado, informação sobre a identificação, natureza e valor em dívida (incluindo custas e juros de mora), bem como, respectivos meios de pagamento);
- Elaboração e apresentação de relatórios de resultados mensais:
  - O significativo número de processos importou um maior controlo e acompanhamento das execuções instauradas, extintas por cobrança, anuladas ou pendentes em sede de execução fiscal. Para efectivar este controlo de números totais e valores.
- Aplicação de Gestão de Tarefas:
  - Com a indispensabilidade de gerir colaboradores e tarefas foi solicitada à DSI, uma aplicação que permitisse facilitar a organização deste aspecto do serviço, de modo a contemplar o ajuste das tarefas aos meios humanos disponíveis, sendo objectivo do Serviço, com esta aplicação, obter uma rentabilidade maior dos meios técnicos e humanos.
- Criação e reformulação das aplicações informáticas do Serviço de Execuções Fiscais.

Com base na necessidade de impulsionar continuamente o desenvolvimento e adequação à lei de todos os procedimentos inerentes à execução fiscal, perspectiva-se a informatização de todos os processos provenientes de dívidas ao município (Taxa de Ocupação da Via Pública, Mercados, Publicidade, Obras por conta de Particulares, Consumo de Água), bem como, a sua instrução, o que até à presente data, não foi possível assegurar, sendo a criação


e adequação das referidas aplicações condição essencial ao procedimento e desenvolvimento do trabalho desta unidade.

Em conformidade, os pagamentos a efectuar, em sede de execução fiscal (fase de citação), passarão a ser facultados via Multibanco, CTT, PAYSHOP, ou Internet Banking, para além dos já disponibilizados (numerário, cheque ou vale postal), com todas as vantagens inerentes, bem como, será estabelecido um horário de atendimento específico e personalizado ao público/interessado, de forma a assegurar uma informação técnica total assegurando o sigilo exigido para as matérias tratadas, colmatando uma falha crucial, que presentemente se verifica, essencialmente nos inúmeros casos de reclamação, face à cobrança coerciva e especificamente à penhora, com as contingências que lhe são inerentes.

Importa, reconhecer a importância desta unidade para o Município, não só pela cobrança mas essencialmente pela imagem e credibilidade que releva transmitir por parte da Câmara, acautelando, desde já, o impacto, com a transferência de competências na cobrança dos impostos directos para os Municípios.

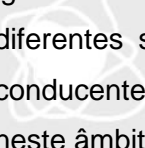
### **Divisão de Plano e Orçamento**

A Divisão de Plano e Orçamento com objectivo de propor, organizar e dar execução ao processo de planeamento e gestão estratégica nas vertentes económica e financeira, seguindo as linhas de orientação estabelecidas, elabora as Grandes Opções do Plano e Orçamento, documentos que constituem a face mais visível desta Divisão, que apesar da participação de toda a organização, exerce a coordenação e organiza o processo, concebendo matrizes que compilam informação de recolha e desenvolvimento, para dar resposta consolidada à gestão, colmatando como acima se refere, às ausências de uma informação integrada das finanças do município, para o qual concorre um esforço adicional, em detrimento do progresso de outras matérias estruturantes que ajudam a aperfeiçoar o sistema e a melhorar substancialmente os dados para a gestão.



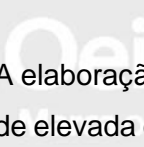
Oeiras  
Marca o ritmo

Também assim, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento é controlada mensalmente através da recolha de dados integrados em tabelas que asseguram a disponibilidade de informação necessária à elaboração de relatórios relacionados com a actividade corrente da Divisão, bem como, dar resposta a pedidos do executivo e dos restantes serviços.



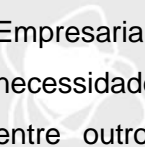
Oeiras  
Marca o ritmo

O acompanhamento mensal do Plano Estratégico Municipal, sua revisão e evolução é de igual forma, efectuado por esta unidade, compaginando a informação enviada pelos diferentes serviços, contribuindo no âmbito da comissão de trabalho para as melhorias conducentes à obtenção de uma estratégia clarificada e fundamentada. O trabalho realizado neste âmbito conjuntamente com a informação financeira estabelece a base da informação à Assembleia Municipal.



Oeiras  
Marca o ritmo

A elaboração do Relatório e Conta de Gerência representa o culminar de inúmeros processos de elevada exigência e complexidade, que estão sob a responsabilidade de todas as Divisões que constituem a DMPGFP, contando ainda com a colaboração dos restantes serviços. A existência de um auditor externo (ROC) que verifica e emite parecer sobre as contas do exercício, representa um esforço acrescido para os serviços, na prestação de informação e colaboração necessária, compensado pelo aumento da fiabilidade e qualidade do trabalho final apresentado e contribuindo para um processo de melhoria contínua do mesmo.



Oeiras  
Marca o ritmo

Conhecer e acompanhar a evolução das participações municipais nas entidades do Sector Empresarial Local, Associações de Municípios e restantes entidades constitui uma necessidade de gestão, para além da obrigação legal de controlo financeiro, destacando-se, entre outros aspectos, a influência que as mesmas podem ter na capacidade de endividamento do Município. Estando em curso um processo de recolha, organização e tratamento de informação sobre cada entidade e respectiva participação, com o objectivo de sistematizar a posição do Município face às entidades participadas, permitindo efectuar eventuais regularizações.

A transferência de capital para empresas públicas municipais e intermunicipais no montante de €1.400.000,00 visa a cobertura dos resultados líquidos negativos das empresas participadas e o início de negociações com a SATU-OEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M. tendentes à aquisição da participação de capital social do parceiro privado.

### **Divisão de Gestão Financeira**

A Gestão Financeira é o processo de obtenção de recursos financeiros que possibilitem a Câmara atingir e manter o nível de actividade desejada. A obtenção de recursos financeiros é ponderada com base em indicadores relativos à organização, mas que vão muito para além dela, abrangendo toda a sua envolvente desde o mercado em que actua até à conjuntura económica.

Os objectivos fundamentais da actividade da Câmara e da Gestão Financeira em particular são: estabilidade, transparência e rendibilidade.


Estabilidade, no sentido de ser assegurada a capacidade de desenvolvimento de projectos estruturantes de vital importância para os Municípios do concelho concretizada no esforço de investimento.

Rendibilidade, no sentido de minimização dos custos assumidos perante terceiros a fim de obter os meios financeiros indispensáveis ao seu financiamento, o que implica obter melhores condições de prazo e pagamentos.

A análise da área financeira tem por base de trabalho dados fornecidos pelo Divisão Financeira, quer como consequência das exigências legais (fiscais e/ou outras) quer decorrente das necessidades de informação da Administração como ponto de partida e base da tomada das principais decisões estratégicas.


A Gestão Financeira proporciona elementos de apoio à tomada de decisão, para que esta gestão seja rigorosa, é necessário trabalhar com um sistema de informação fiável, seguro e





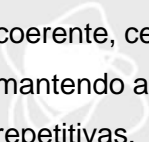
Oeiras  
Marca o ritmo

robusto, capaz de assegurar o acompanhamento das operações financeiras realizadas diariamente na organização.



Oeiras  
Marca o ritmo

O sistema de Contabilidade Pública e Gestão Financeira tem alguma complexidade uma vez que possibilita a integração da contabilidade orçamental e da contabilidade patrimonial e proporciona à Administração, os instrumentos necessários para acompanhar a evolução dos resultados e um controlo rigoroso dos activos.



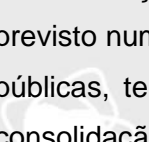
Oeiras  
Marca o ritmo

Pretende-se a curto prazo que a solução, seja, a de um Sistema de Informação global e coerente, centrado na gestão, que permita o cruzamento de informação com outros módulos, mantendo a integridade referencial dos dados, e evitando o desperdício de tempo em tarefas repetitivas.



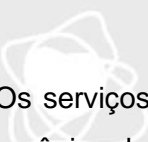
Oeiras  
Marca o ritmo

#### **Divisão de Contratação Pública**




Oeiras  
Marca o ritmo

A Contratação Pública, centraliza as aquisições de bens e serviços do Município, estando previsto numa segunda fase o mesmo procedimento relativamente às empreitadas de obras públicas, tendo em atenção as alterações legislativas nesta matéria e a necessidade de consolidação dos procedimentos ainda no âmbito das aquisições de bens e serviços. Há contudo, uma partilha de serviços que permite às outras unidades orgânicas, focarem-se na sua actividade, libertando recursos para esta área de suporte (a Contratação Pública) de modo a que haja um aumento da qualidade do serviço público prestado, como acima referido.



Oeiras  
Marca o ritmo

Os serviços partilhados resultam da consolidação de processos administrativos para outra orgânica dedicada a fornecer estes serviços. As poupanças pretendem-se que resultem não só do aumento da eficiência dos processos (optimização, automatização e normalização), mas também, do aumento da própria eficiência da gestão dos custos (aproveitar economias de escala, reduzir desperdícios, partilhar infra-estruturas e agrupar competências).



Oeiras  
Marca o ritmo

Das inúmeras tarefas subjacentes a esta matéria, pretende-se dar ênfase às alíneas e) e i) da nova orgânica que de seguida se reproduzem:

*“e) Conhecer o mercado e gerir adequadamente a relação com os fornecedores, através de um sistema de avaliação contínuo do serviço prestado;*

*i) Desenvolver estudos que permitam, designadamente, analisar os custos de aquisições de bens e serviços.”*

Acresce também, rentabilizar a ferramenta informática já existente (e-constroi), utilizada, para a publicitação electrónica das aquisições de bens e serviços e que obrigatoriamente, promove a competitividade económica entre os fornecedores, obrigando também a uma maior exigência nos cadernos de encargos e programas de concurso. A imposição legal da publicitação electrónica de todos os procedimentos, decorrente da aplicação da nova Lei da contratação pública, estará de certo modo assegurada com as actualizações necessárias ao procedimento.

Para além da promoção da concorrência económica dos fornecedores, as poupanças globais, em despesas com materiais bens e serviços e, serviços transversais, a minimização dos valores das despesas através de maior poder de compra e de custos de transacção (uniformização, normalização, racionalização, automatização), a função compras com processo mais integrado, racionalização das estruturas e recursos, aumento dos níveis de serviços (a fornecedores e utilizadores), aumento da eficiência, actualização tecnológica, transparência e um desenvolvimento económico sustentável.

É com estes objectivos que a Divisão de Contratação Pública, pretende dar início a uma alteração profunda do paradigma da contratação existente, assente nas vantagens e desvantagens que um processo desta natureza implica.

Harmonização, integração, diálogo, uniformização e adequação, são algumas palavras-chave deste processo, já postas em prática por esta Divisão numa atitude pedagógica e de aprendizagem com as diferentes Direcções Municipais.

## Divisão de Gestão Patrimonial

A Gestão do Património tem como imperativo concluir até ao final de 2010 a inventariação, com conhecimento exacto de todo o Património Municipal, independentemente da sua natureza (social, desportiva, cultural, artística e outros), bem como, cadastrá-lo em plataforma geo-referenciada, sendo este um passo importante quando se pretende, sobre esse mesmo património, exercer políticas de diferente essência (nomeadamente, alienações, valorizações, requalificações e arrendamentos), razão pela qual, se considera ser este, um passo estrutural relevante, encontrando-se em preparação o procedimento para a contratação externa, que proceda à inventariação e cadastro dos bens, pela necessidade de recursos que envolve, e pelo elevado número de bens que integram o Património Municipal.

O inventário do património imóvel do Município requer ainda a avaliação do parque urbano municipal, através da definição do valor global associado ao imobilizado imóvel municipal, surgindo obrigatoriamente a necessidade de definir previamente critérios de avaliação que reflectam, com o maior rigor possível, a realidade existente, actualizando de uma forma coerente os valores integrados em inventário.

Também integrado no objectivo de inventariação dos bens do município, encontra-se o espólio artístico do concelho, para o qual é necessário proceder, para além da sua inventariação, à sua classificação e avaliação. Para tal, e devido à especificidade do tema, será também aqui, necessário recorrer a uma entidade externa com conhecimentos técnicos específicos, para classificação e avaliação dos mesmos, para permissão de uma gestão adequada destas obras, bem como, da respectiva carteira de seguros.

Na prossecução dos objectivos e a par do Regulamento de Inventário e Cadastro já aprovado, visamos a clarificação de procedimentos municipais que têm a ver com a transversalidade, a saber:

- Regulamento de cedências de Património a título precário ou provisório (inclui cedências para fins sociais e culturais);

- Regulamento para quiosques tendo em vista a sua uniformização e regularizar os já existentes;
- Procedimentos municipais para Hastas Públicas;
- Avaliação do parque urbano municipal;
- Conclusão do processo de implementação de administrações de condomínio;
- Cobertura de risco (seguros) do património imóvel do município;
- Levantamento, análise e causas, de potenciais riscos, subjacentes a acidentes, a nível pessoal e patrimonial.

Colocando como objectivo constante a modernização e qualificação dos serviços, é também prioritário para 2010, a articulação com outros serviços municipais, quer na sua ligação activa e dinâmica com outras entidades (Conservatórias, IRN, Serviços de Finanças, Tribunais e outros organismos públicos), simplificando aspectos estruturais, circuitos e procedimentos.

Face aos inúmeros e constantes pedidos de esclarecimento de titularidade de propriedade por parte dos serviços da CMO, e munícipes, incorporar a aplicação informática georeferenciada do património imobiliário – IMOSIG WEB – que irá estar disponível na Intranet da CMO, permitindo que todos os serviços/funcionários autorizados acedam aos dados disponíveis na aplicação, de forma directa e permanente.

Pretende-se também implementar o “Gestor de Bens Móveis”, projecto que consiste na nomeação, em cada serviço, de um interlocutor responsável por dar conhecimento à DGP de todas as alterações que se verifiquem com os bens móveis afectos ao seu serviço, como mudanças, necessidade de reparações, novas aquisições ou necessidade de bens, por funcionalidade a disponibilizar na intranet.

De forma a uniformizar e racionalizar as aquisições de mobiliário e equipamento, pretende-se aprovar uma normativa tipificando por categoria e/ou grupo profissional, os equipamentos a adquirir.

Sumariamente, para a Direcção Municipal de Planeamento Gestão Financeira e Património, é objectivo primordial para o ano de 2010, consubstanciar de forma expressa e transparente, uma articulação transversal de conhecimento e meios, entre intervenientes internos e externos do sistema, modernizar tecnologias, implementar e desenvolver procedimentos, por forma a alcançar um substancial aumento da qualidade de gestão integrada e eficaz de toda a actividade financeira, pela informação partilhada, produtividade e rentabilidade, conducente à desburocratização de procedimentos e processos, visando otimizar o cumprimento do serviço público, circunstância que depende grandemente da resposta às necessidades e às funcionalidades do ERP, nomeadamente da transversalidade e integração das aplicações, que podem por em causa o desenvolvimento dos objectivos traçados no espírito do SIADAP, como resultados, não só os mais correntes, como também, os que constituem desafio e base de avaliação. A definição de prioridades ao nível desta Direcção Municipal não poderá ser encarada em face da disponibilidade de terceiros, para os desenvolvimentos urgentes comprometendo a evidência que se pretende, apesar da congregação de interesses conjuntos (Organização versus Municípes), em conformidade com a Missão e Visão definidas para Oeiras.

## Direcção Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação

A Direcção Municipal de Planeamento Urbanismo e Habitação desenvolve a sua actividade na persecução de metas para o Desenvolvimento do Concelho, atentos objectivos de sustentabilidade em matéria de:

- Ordenamento do território e valorização ambiental e paisagística;
- Programação e instalação de infra-estruturas, equipamentos e actividades económicas;

• Promoção da matriz de urbanidade da rede de aglomerados do Concelho, assente na qualificação de espaços, funções e imagem dos tecidos existentes, e na exigência de padrões inovadores na concepção de projectos de consolidação e expansão do território urbano e urbanizável;

• Disponibilização de um parque habitacional do Município com capacidade para:

- Sanar e prevenir focos reais ou potenciais de desqualificação sócio-habitacional;
- Fomentar a fixação de populações activas no Concelho, com prioridade para o grupo etário mais jovem;
- Corrigir eventuais desajustamentos entre a oferta do mercado e a procura correspondente a um perfil demográfico equilibrado e às competências instaladas no Concelho.

Estes objectivos são operacionalizados através dos Departamentos que integram a Direcção Municipal: **DPGU, DH e DPE**, consubstanciados na execução de:

Instrumentos de **Planeamento**, de natureza normativa ou orientadora, vocacionados para o acolhimento de novos tecidos urbanos e novas centralidades funcionais, para a qualificação dos espaços, infra-estruturas e habitabilidade de Áreas Urbanas de Génese Ilegal, para a reabilitação do património edificado e dos espaços de sociabilidade dos Núcleos de Formação Histórica, para a promoção da mobilidade urbana e das melhores condições de acessibilidade de pessoas e bens de e para o Concelho.

**Gestão e acompanhamento** para a concretização de: oportunidades de investimentos, de determinante económica ou social, de iniciativa empresarial, institucional, ou individual, com incidência no território e repercussão no bem-estar populacional e no perfil de Desenvolvimento do Concelho; de expectativas de natureza particular ou cívica que contribuam para a consolidação de ambientes residenciais, sociais e económicos equilibrados, e como tal referenciáveis.

**Apoio técnico** à instalação de serviços de utilidade pública e equipamentos sociais, à actividade de colectividades culturais, desportivas e recreativas, à recuperação de edifícios, à dinamização do comércio local, através da elaboração de projectos, execução ou financiamento de obras e informação e aconselhamento procedimental específico.

**Construção e reabilitação** de edifícios municipais e de espaços públicos, oferecendo novas oportunidades de habitar, ajustadas, simultaneamente, à realidade demográfica e ao pretendido rejuvenescimento residencial, e respondendo aos novos paradigmas dos comportamentos e culturas urbanas.

**Diagnóstico, prevenção e correcção** de patologias sócio -habitaçãois, conjunturais ou estruturais, promovendo junto de populações -alvo específicas padrões de cidadania baseados na solidariedade familiar, geracional e cultural, e implementando medidas inclusivas.

### **Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística**

As acções do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, programadas para 2010, serão concretizadas nos projectos elencados nas Grandes Opções do Plano, com destaque para:

**Planos Municipais de Ordenamento do Território e outros Instrumentos de Planeamento e Gestão** de carácter normativo ou orientador, a desenvolver sob a coordenação da Divisão de Planeamento, da Divisão de Estruturação Urbana ou no Núcleo de Intervenção no Património Edificado nas áreas referenciadas no Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental nomeadamente:

- Plano de Pormenor da Zona de Expansão Industrial de Porto Salvo – Poente;
- Plano de Pormenor da Zona de Expansão Industrial de Porto Salvo – Nascente;

- Plano de Pormenor do Espaço de Articulação Barcarena/Queluz de Baixo/Tercena;
- Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia (2ª fase e Revisão);
- Plano de Pormenor da Quinta da Fonte – Carnaxide;
- Plano de Pormenor e Requalificação Urbana da Margem Direita do Jamor;
- Projecto de Reconversão da Fundição de Oeiras e Zona Envolvente;
- Estudos para Reconversão Funcional e Requalificação Urbana das Zonas Industriais;
- Estudos de Requalificação Urbana em Áreas Consolidadas.
- Classificação e Regulamentação do Bairro Residencial de Nova Oeiras;
- Enquadramento da Candidatura Eco Bairros;
- Programa Urbanístico Integrado da Zona Norte de Paço de Arcos e Caxias (revisão do estatuto de solo em PDM);
- Estudos programáticos para áreas de elevado potencial estratégico;
- Propostas de implementação de rede estratégica de equipamentos em parcelas municipais;
- Implementação de normas de qualidade de urbanização ao nível do espaço público;
- Estudos de Reconversão Urbanística dos Núcleos Antigos de Carnaxide Oeiras e Barcarena.

**Estudos Sectoriais de Circulação e Estacionamento e da Oferta de Transportes Colectivos**, coordenados pela Divisão de Acessibilidade e Mobilidade sendo de referir:

- Criação de condições de acessibilidade para a instalação de actividades em áreas de oportunidade, Saúde, Educação, Conhecimento, de relevância regional bem como outras iniciativas geradoras de impactos nos sistemas viários;



• Melhoria da oferta de estacionamento com destaque para as zonas das interfaces, em particular Oeiras e Paço de Arcos;

• Ampliação da rede viária intermunicipal, com a ligação CRIL/CREL e ligação Porto Salvo/Queijas pela VLN;

• Melhoria da rede viária municipal, designadamente nas áreas empresarias de Quinta da Fonte em Paço de Arcos, Queluz de Baixo, Carnaxide e Algés/Miraflores;

• Alargamento da rede de Transporte Colectiva totalmente em sítio próprio;

• Implementação de normas e regulamentos aplicáveis ao licenciamento da urbanização e da edificação, destacando-se o **Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação**.

Alargamento dos conteúdos e do acesso à base de dados da actividade do Departamento, no âmbito da consulta de processos e da divulgação criando uma **Base de Dados das Actividades Económicas e dos Equipamentos Privados, Ensino, Saúde e Apoio Social** e manter o registo cartográfico digital sobre os pedidos de particulares.

Promoção de medidas de facilitação da comunicação com os Municípios, desde do atendimento público ao acompanhamento dos processos.

Prevê-se igualmente que se mantenham os ritmos de crescimento da informação on-line quer de natureza específica associada a obras particulares quer de natureza geral, designadamente a relativa a dados estatísticos, actividades económicas, planeamento, etc.

Com este conjunto de projectos concorre o acompanhamento da concretização dos seus objectivos, traduzido por toda a actividade de gestão que lhe está associada: da apreciação técnica de projectos, do controle e fiscalização de obras e dos competentes procedimentos administrativos, bem como da conciliação de interesses públicos e privados envolvidos.

## Departamento de Projectos Especiais

O DPE reparte a sua actuação por duas vertentes, a **Reabilitação Urbana** de reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal e reabilitação de núcleos de formação histórica, e a **Elaboração de Projectos de Equipamento** com respectiva execução em obra e promoção de acções de restauro e conservação de edifícios com interesse patrimonial.

A recuperação das **Áreas Urbanas de Génese Ilegal** cujas zonas de intervenção correspondem aos bairros: Pedreira Italiana; Laje; Casal da Choca; Marchante; Leião; Leceia; Gandarela e Calçada do Moinho. As acções desenvolvidas neste âmbito incidem directamente sobre a qualidade de vida de 5.000 habitantes residentes nestas áreas urbanas.

No **Bairro do Casal da Choca** pretende-se dar continuidade ao trabalho de implementação dos Projectos de Loteamento para o ordenamento do Bairro. No conjunto das acções previstas é de evidenciar a conclusão da execução das infra-estruturas de drenagem da zona nascente do bairro e o início da obra da Alameda da Zona C.

No que respeita ao **Bairro da Laje**, prevê-se o lançamento da empreitada para a construção da Unidade Residencial após concluída a reformulação do projecto, Perspectivam-se ainda o desenvolvimento de outras acções, tais como, a colocação de relvado sintético no campo de futebol, a execução dos arranjos exteriores junto à entrada do bairro e a conclusão do projecto de reformulação da igreja. Será ainda dado um forte impulso na área do ordenamento dando-se continuidade aos estudos de ordenamento das zonas B e C.

O **Bairro da Pedreira Italiana** será alvo de intervenções de ordenamento consideráveis, das quais se destacam o início da obra da 1ª fase do Plano de Reconversão da Zona C (compreendendo a construção do novo arruamento – Rua das Turquesas - e requalificação das Ruas das Ágatas e Safiras e reformulação da rotunda de acesso ao Bairro). Prevê-se ainda e o lançamento da empreitada da 2ª fase da construção caminho pedonal e muro de suporte, com a consequente requalificação do Largo de Itália.

O **Bairro da Calçada do Moinho** será dada continuidade aos projectos de intervenção ao nível do reperfilamento das vias de acesso de modo a garantir a segurança dos utentes.



Oeiras



Oeiras



Oe

Para o **Bairro de Leião** prevê-se a conclusão dos projectos para os edifícios sede das duas Associações Recreativas e Desportivas locais, bem como da Habitação Jovem.

Marca

No **Bairro de Leceia**, será dado início à obra do 2º troço da 1ª fase da via de distribuição local, designada por Rua Luís de Camões prevendo-se ainda o lançamento da empreitada da 2ª fase. Será concluído o projecto de infra-estruturas correspondente à 3ª fase do Projecto de Loteamento de Iniciativa Municipal.



Oeiras



Oeiras



Oe

No âmbito dos **Centros Históricos e Baixa Comercial de Algés**, a acção deste Departamento incide sobre a recuperação e requalificação do património edificado, nomeadamente, através do acompanhamento de processos ao abrigo de programas de financiamento (RECRIA, RECRIPH e PRED) e espaço urbano dentro dos limites das suas áreas de intervenção, tendo por base o método da gestão integrada, perceptível nas estratégias e acções promovidas pelos gabinetes dos centros históricos, que funcionam como interlocutores privilegiados entre os cidadãos e o município.

Marca

No Núcleo Antigo de Carnaxide será concluído o Projecto de Requalificação do Largo da Pátria Nova correspondente à 1ª fase do Plano de Intervenção.



Oeiras  
Marca o ritmo



Oeiras  
Marca o ritmo



No Núcleo de Paço de Arcos prevê-se a conclusão da 2ª fase das obras de Requalificação da Igreja Paroquial de Paço de Arcos. Será dada continuidade ao Estudo do Arranjo Urbano da Frente Marginal.




Oeiras  
Marca o ritmo



Oeiras  
Marca o ritmo




Oe  
Marca




Oeiras  
Marca o ritmo

No Núcleo de Oeiras será dada continuidade aos projectos de Requalificação do Piso Térreo do Mercado Municipal e do Teatro Experimental de Oeiras, bem como a requalificação pontual de vários espaços urbanos.




Oeiras  
Marca o ritmo

Em Algés será iniciada a obra para o novo edifício do Centro de Saúde de Algés, bem como do edifício do Centro de Dia da “APOIO”. Prevê-se ainda o lançamento da empreitada da 1ª fase da requalificação da Baixa Comercial.



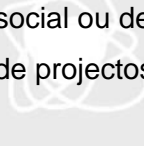
Oeiras  
Marca o ritmo

Em 2010 deverá ser dada continuidade ao Programa de Habitação Jovem nos Centros Históricos, através da conclusão da obra de reabilitação de mais um edifício. Prevê-se que sejam lançadas as empreitadas para a reabilitação de vários edifícios em Oeiras, Paço de Arcos, Carnaxide e Barcarena. Perspectiva-se ainda a aquisição de mais três imóveis. Será ainda dada continuidade aos projectos de requalificação dos restantes edifícios já adquiridos.




Oeiras  
Marca o ritmo

Outra das importantes áreas de actuação deste Departamento consiste na elaboração de estudos e **Projectos de Equipamentos**, promoção e fiscalização de obras, bem como na dinamização de contactos com as colectividades, associações ou grupos de carácter cultural, social ou desportivo do Concelho com vista à programação e consequente desenvolvimento de projectos de equipamentos necessários às suas actividades.



Oeiras  
Marca o ritmo

No decurso do ano de 2010 é de salientar a conclusão de alguns projectos de relevo significativo para o desenvolvimento concelhio, a saber, Pavilhão Desportivo de Oeiras, Novo Quartel para os Bombeiros Voluntários de Oeiras, centro de Dia e Lar de Idosos da Associação 25 de Abril em Linda a Velha, Parque Urbano de Algés que contempla a área afecta às instalações desportivas da UDRA. Será também retomado o antigo projecto de instalação do Museu no Castro de Leceia.



Oeiras  
Marca o ritmo

Por outro lado, decorrerão o lançamento das empreitadas do Complexo Desportivo da Serra de Carnaxide e do Centro Cultural José de Castro, a obra do Complexo Desportivo de Porto Salvo, a cobertura do Polidesportivo dos Unidos Caxienses bem como as obras de recuperação da Igreja de Paço de Arcos e ligação pedonal ao jardim do futuro Centro Cultural

e concluídas as obras de Recuperação e de Arranjos Exteriores do Pavilhão Desportivo da EB 2 3 Joaquim de Barros.

No âmbito do trabalho a desenvolver com vista à resolução dos problemas com instalações das associações culturais e desportivas do concelho, devemos evidenciar a reformulação do pavilhão do Clube Desportivo de Paço de Arcos, a substituição do relvado do Estádio Municipal, equipamento utilizado pela ADO, assim da Reformulação e Ampliação das Instalações Desportivas do Clube Escola de Ténis de Oeiras, cuja obra do Pólo de Santo Amaro iniciará este ano, e o início da obra de Reabilitação das Instalações da Sociedade Filarmónica de Carnaxide.

A área das **Ações de Restauro e Conservação** consubstancia-se no estudo de medidas emergentes ou provisórias com vista à salvaguarda de bens ou edifícios de valor patrimonial ou interesse histórico em risco de perda ou destruição, bem como na elaboração dos projectos e promoção das obras destinadas à sua recuperação sendo exemplo dessa actuação a recuperação do tecto da Igreja de S. Pedro de Barcarena e a recuperação da Igreja de Leceia

### **Departamento de Habitação**

O Departamento de Habitação desenvolve acções e iniciativas conducentes a um adequado ordenamento dos espaços de habitar, nas suas componentes urbana e edificada restrita, incidindo sobretudo nas áreas dos núcleos de realojamento municipal, considerados nas suas vertentes física e social.

Concluídos os processos de realojamento, a prática recente do Departamento, assumiu um maior incremento no conjunto de trabalhos de **manutenção e reparação** do parque habitacional municipal, e no acompanhamento da **integração social** nas novas realidades urbanas.

Paralelamente, iniciou-se o lançamento de novos modelos de habitação, com **unidades residenciais** vocacionadas para situações de indivíduos isolados.

Uma nova política de habitação, orientada para realidades e necessidades habitacionais, sociais, educacionais e urbanas para os próximos 10 anos, foi entretanto consagrada no Plano Estratégico Municipal “**Habitar Oeiras**”.

Cumprindo as orientações estratégicas vertidas neste Plano, lançar-se-ão novos programas de promoção de Habitação e de reurbanização dos espaços colectivos, alargando os segmentos de população alvos em função dos perfis resultantes do “**Observatório de Habitação / Levantamento de Carências e Procura**”.

Nesta conjuntura, a Divisão de Promoção e Reabilitação Habitacional e a Divisão de Gestão Social do Departamento de Habitação assumem um protagonismo prático, integrado em acções de complementaridade crescente, de que se destacam para 2010:

- Conclusão dos processos e início das obras de 2 CDH's em Tercena e Leceia – 160 fogos;
- Início da obra de construção de 40 fogos para jovens em S. Marçal;
- Elaboração do projecto de construção de 64 fogos no Alto da Montanha;
- Lançamento de concurso público e início da obra para 17 fogos no Casal das Chocas;
- Lançamento da Operação de Requalificação Urbana do Casal do Deserto com aproximadamente 236 fogos;
- Prosseguimento dos processos de criação das novas Unidades Residenciais de apoio à terceira idade nomeadamente da Unidade Residencial de Laveiras 40 fogos e Centro de Dia;
- Elaboração do projecto de 16 fogos no Parque da Junca;

- Elaboração do projecto de 327 fogos na Quinta das Acácias;
- Negociações com vista à aquisição de dois lotes no Casal das Chocas para 36 fogos;
- Elaboração do projecto de 12 fogos e Centro de Dia no lote adjacente à Quinta dos Aciprestes;
- Prosseguimento dos programas de vendas a jovens e a arrendatários;
- Continuação das acções de reabilitação dos bairros municipais de habitação, nomeadamente início da obra do Parque Urbano do Bairro dos Navegadores e reabilitação exterior dos edifícios da Outurela / Portela;
- Desenvolvimento dos trabalhos de manutenção corrente de todo o parque habitacional, nas suas vertentes de reparação de fogos, de espaços de equipamento, de espaços exteriores e mesmo de adaptação de alguns fogos para deficientes;
- Acompanhamento dos arrendatários, na organização e dinamização dos processos de agregação;
- Acompanhamento técnico e gestão social do parque habitacional municipal e também dos novos pedidos registados no Observatório de Habitação.

## Direcção Municipal de Obras e Ambiente

### Departamento de Obras Municipais

Toda a estratégia de desenvolvimento seja de nível local, regional ou nacional, tem necessariamente de possuir uma componente de infra-estruturas. Neste quadro, o Departamento de Obras Municipais assume-se enquanto unidade orgânica de referência na projecção, construção, desenvolvimento e manutenção das infra-estruturas municipais, quer

se trate de equipamentos, quer de vias de comunicação que contribuem para que Oeiras seja um Município de referência nacional.

O ano de 2010 marca o início do mandato 2009-2013 e, naturalmente, inicia um ciclo de lançamento de projectos e obras, que vêm sendo desenvolvidos/as desde o mandato anterior e que continuarão a fazer de Oeiras um Município de vanguarda.

Os próximos 4 anos serão marcados por projectos e obras estruturantes, tais como o novo **Edifício dos Serviços Técnicos da CMO**, a **2ª Fase do Parque dos Poetas** (em fase de consignação), a **3ª Fase do Passeio Marítimo** (entre o Forte da Giribita e a Praia de Cruz-Quebrada) e o início da **construção das mais modernas escolas do País** (a breve prazo terá início a construção de 4 novos equipamentos).

Contudo, qualquer obra tem subjacente o desenvolvimento dos respectivos projectos. Assim, está em elaboração o deslumbrante projecto do **Desnivelamento da Estrada Marginal** (na zona do Jardim Municipal de Oeiras), que permitirá ter a frente ribeirinha de Oeiras sem qualquer obstáculo físico. Em fase de conclusão está o projecto de **Ampliação e Remodelação do Edifício 51 da Fábrica da Pólvora**, que futuramente albergará a Exposição Darwin, constituindo-se como âncora de projecção da FPB enquanto espaço cultural de excepção.




No âmbito das competências do DOM, enquadram-se também um conjunto de projectos e obras, promovidas pelas divisões que o integram, com menor visibilidade mas com grande valia na construção da qualidade de vida de todos quantos aqui residem e/ou trabalham.



A sua missão é garantir as tarefas de concepção, promoção e controlo da execução dos projectos, contribuindo para elevar o padrão de qualidade do edificado e do espaço público municipal.

Assim, no desenvolvimento das funções que lhe estão cometidas, a DEP propõe nomeadamente as seguintes actividades:


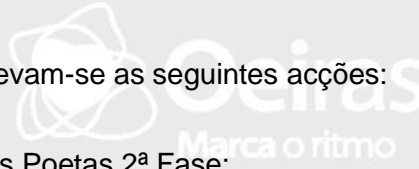
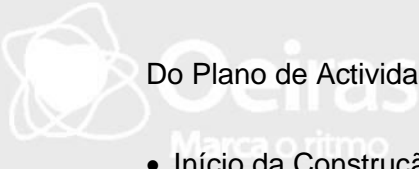
- Diversos Projectos de Construção e Requalificação das Escolas Básicas e Jardins-de-infância;
- Projecto do novo Canil/Gatil da Serra de Carnaxide;
- Remodelação do Mercado de Algés;
- Projectos de Intervenção na Orla Marítima com novos troços do Passeio Marítimo: Giribita – Cruz-Quebrada, Paço de Arcos – Giribita, Marina de Paço de Arcos e Plataforma das Fontainhas;
- Desenvolvimento dos Projectos para novas instalações municipais e respectiva envolvente: Novo Edifício dos Serviços Técnicos;
- Projectos de ampliação e remodelação do Edifício 51 da FBP com arranjos exteriores;
- Remodelação da Galeria das Azenhas na da FBP;
- Projecto viário do desnivelamento da Marginal;
- Estudos de Regularização de Linhas de Água nomeadamente as ribeiras de Algés e Porto Salvo;
- Centro de Saúde de Carnaxide;
- Projectos de Arquitectura Paisagista Diversa: arranjos exteriores nas Escolas Básicas do Concelho; Torres de Nova Oeiras; rotundas diversas; Projecto na Rua Eugénio dos Santos e Pracetas compreendidas entre as Ruas José Régio e Carlos Mardel, em Oeiras; e, projecto dos arranjos exteriores do Mercado de Queijas (2ª Fase);

- 
- 
- 
- Desenvolvimento de projectos com vista à expansão da rede de ciclovias no concelho, com especial relevo aos passeios marginais das ribeiras e sua articulação com as ciclovias urbanas.



## **Divisão de Equipamentos Municipais**

A Divisão de Equipamentos Municipais tem como missão principal assegurar a construção, conservação e reabilitação dos edifícios e equipamentos municipais, designadamente os escolares, os destinados às práticas culturais, desportivas ou de apoio social e os de abastecimento público.



Do Plano de Actividades de 2010 relevam-se as seguintes acções:

- Início da Construção do Parque dos Poetas 2ª Fase;
- Início da Construção da fase B-F no Cemitério de Carnaxide;
- Início da Construção Recuperação da Quinta dos Sete Castelos;
- Início da Construção do Centro de Recolha oficial de Animais de Oeiras em Vila Fria;
- Finalização da obra de reforço estrutural do Edifício dos Serviços Técnicos e Refeitório;
- Concursos para novas escolas:
  - EB1/JI Linda-a-Velha (este equipamento é composto ainda de Parque Estacionamento, Biblioteca Municipal e Jardim Público);
  - EB1 Gomes Freire de Andrade, em Oeiras;
  - EB1 Custódia Marques, em Porto Salvo.
- Requalificação e ampliação da EB1 D. Pedro V, em Linda-a-Velha;
- Remodelação de diversas cozinhas e refeitórios em Escolas;

- Concurso para a Concurso do Centro de Saúde de Carnaxide;
- Concurso para a obra do Edifício 51 da Fábrica da Pólvora – Exposição Darwin;
- Concurso para a Construção da Fase C-E no Cemitério de Carnaxide;
- Reparação e Manutenção de Fontes;
- Reparação e Manutenção de Equipamentos Electromecânicos;
- Requalificação de Equipamentos Municipais;
- Requalificação de Equipamentos Escolares;
- Aquisição e Instalação de Equipamentos Eléctricos e Electromecânicos.

#### **Divisão de Infra-estruturas Municipais**

A missão da Divisão de Infra-Estruturas Municipais consiste em assegurar a construção, conservação e reabilitação de infra-estruturas e do espaço público.

Com o objectivo de concretizar as suas atribuições, a DIM propõe para 2010, executar as seguintes intervenções:

- Reparação / manutenção de arruamentos no concelho;
- Parques de estacionamento nas Torres de Nova Oeiras;
- Duplicação da secção do troço canalizado da Ribeira de Massamá, em Tercena; e da Ribeira de Algés, em articulação com o Instituto da Água;
- Prossecução, em articulação com a Divisão de Serviços Urbanos do Departamento de Ambiente e Equipamento da CMO, da política de instalação de contentorização colectiva enterrada (ilhas ecológicas e Moloks) e de encaixes para contentores;



- Requalificação de espaços públicos;

- Manutenção e Reabilitação de diversas pontes/obras arte do concelho.



### **Divisão de Gestão de Espaço Público**

As atribuições da Divisão de Gestão do Espaço Público consistem na promoção e permanente actualização e adequação às necessidades gerais do Município operacionalizando a estratégia aprovada no âmbito do plano de iluminação pública.

Também a interacção com as concessionárias que operam em Oeiras é missão desta Divisão, particularmente no que concerne ao controlo tempestivo de obras realizadas na via pública e no subsolo.

Na prossecução da sua missão, relevam-se as seguintes acções para 2010:

- A continuação do plano estratégico de iluminação do Concelho, de forma a dotá-lo de iluminação pública eficaz e adequada substituindo luminárias existentes por novos equipamentos de maior eficácia e capacidades, nomeadamente nas seguintes localidades: Barcarena, Carnaxide, Caxias, Leceia, Oeiras, Queijas e Tercena;
- Requalificação e manutenção das redes de energia eléctrica e sistemas eléctricos, enterrando-as/os sempre que possível;
- Manutenção da iluminação decorativa existente no espaço público;
- Seguir uma estratégia progressiva de implementação, em todo o Concelho, de novas luminárias de baixo consumo.



### **Divisão de Trânsito e Transportes**



À Divisão de Transito e Transportes cabe o planeamento e a gestão das questões relacionadas com circulação, sinalização e estacionamento e a execução de obras de interesse municipal nestas áreas, em articulação com outros serviços e utilizando os meios técnicos e logísticos do Município ou em cooperação com outras entidades públicas ou privadas; a que se soma o acompanhamento no Concelho de Oeiras da actividade desenvolvida pelos operadores privados de transportes colectivos.

Paralelamente a estas competências, a Divisão de Trânsito e Transportes criou, no último mandato e em colaboração com o único operador de transportes colectivos autorizado a trabalhar em Oeiras, a Vimeca, um conjunto de carreiras urbanas – o **Oeiras Combust** – com o objectivo de disponibilizar um serviço social acessível a todos, particularmente ao jovens e aos mais idosos. Neste quadro, é igualmente da responsabilidade desta Divisão a gestão corrente, o planeamento e a monitorização da rede destas carreiras urbanas. Assim, no início de 2010 será feita uma reavaliação deste serviço, de modo a redefinir percursos, adequando-o a um melhor serviço e às reais necessidades das populações que deve servir.

Por fim, cabe também à DTT a articulação com entidade responsável pela colocação de mobiliário urbano no Concelho.

Da colaboração da DTT para os novos projectos para 2010, destacam-se:

- **Reordenamento do Transito no Centro de Paço de Arcos**, com objectivo de facilitar a circulação automóvel e estacionamento, naquela Vila Histórica;
- **Reperfilagem da Av. Portugal, em Carnaxide, com criação de três rotundas;**
- **Reperfilagem da Av. dos Bombeiros Voluntários, em Algés;**
- **Intervenção em rotundas diversas:** Av. da República, em Oeiras; Av. Miratejo, em Paço de Arcos; Estrada da Laje, em Oeiras; Av. General Norton de Matos, em Algés.

O Departamento de Ambiente e Equipamento tem como principal missão a coordenação da implementação da estratégia em matéria de política ambiental definida para o Município.

Essa estratégia está plasmada em 5 vectores fundamentais:

- Prioridade à contentorização enterrada de grandes dimensões;
- Conciliação da modernidade da cidade com a natureza;
- Acompanhar as grandes orientações internacionais em matéria ambiental;
- Promover em Oeiras uma política animal que respeite e dignifique os animais de companhia;
- Gestão da frota automóvel municipal de acordo com o *estado da arte* em matéria de combustível e emissões poluentes.

A estratégia de dar Prioridade à contentorização enterrada de grandes dimensões, tem como objectivo fundamental a racionalização da recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's) e a promoção de melhor higiene urbana. Neste quadro, e na senda de pioneirismo que tem marcado a CMO, antecipámos as decisões do Governo da República: iniciámos, no mandato anterior, uma estratégia de implementação no Concelho de receptáculos para colocação dos óleos alimentares usados, abrindo espaço para uma nova fileira de resíduos para reciclagem.

O vector Conciliar a modernidade da cidade com a natureza é talvez a marca que melhor define o modelo de desenvolvimento de Oeiras. No último quartel do século XX o Concelho de Oeiras transformou-se substancialmente, sucedendo a um *Concelho de passagem* ou *de dormitório* uma das mais dinâmicas e modernas comunidades do nosso País. Contudo, neste caminho de desenvolvimento procurou-se sempre preservar o legado natural e o património histórico herdado, que não são mais do que o adquirido que faz de uma comunidade aquilo que ela é.

Assim, encontramos entre os nossos projectos mais inovadores:

- O **Programa de Educação Ambiental**, que inicia agora a sua 15ª edição e que oferece aos jovens do nosso Concelho uma educação ambiental activa, cujos frutos serão certamente recolhidos pelas gerações futuras e que no ano transacto envolveu 43.301 alunos e 2.163 educadores;
- Os projectos **Jovens em Movimento**, **Seniores em Movimento** e **Bairro Limpo** que procuram envolver camadas etárias ou sociais específicas nas tarefas de promoção da limpeza e da higiene urbana no Concelho;
- O **Plano Estratégico de Corredores Verdes**, que procura promover uma mobilidade alternativa, potenciadora de fluxos naturais e artificiais do território. Aqui enquadrámos a *Requalificação das Ribeiras e dos seus vales*, que visa também recuperar e requalificar as linhas de água que atravessam Oeiras, aproximando o mar de todos os oeirenses e criando zonas pedonais e cicláveis. Serão recriados vales e margens, tornando-os em locais agradáveis, de recreio e de lazer, revertendo a ideia de *traseiras urbanas* em *frentes urbanas*, marcando de forma indelével a qualidade ambiental de Oeiras;
- O **Plano Estratégico de Arborização**, que se propõe alcançar, em espaço urbano, 170 mil árvores em 2017, e que lançou o conceito da *árvore-cidadão*;
- O **Plano da Água**, que visa aproveitar para rega ou lavagem de vias e viaturas a água de diversas nascentes que corriam livremente pelo Concelho;
- O **Plano Estratégico do Parque Temático do Marquês**, que pretende recriar um espaço que permitirá uma viagem no tempo, reunindo a Quinta de Cima (actual Estação Agronómica Nacional) com o espaço já na posse da Autarquia, onde está instalado o Palácio dos Marqueses de Pombal e no qual se enquadra a recuperação (em andamento) do secular Vinho de Carcavelos, cuja vinha conhece um processo de alargamento: dos 7,5 hectares iniciais, foram plantados mais 5ha, processo que se concluirá em 2012, com a plantação de mais 7,5ha, atingindo-se os 20ha de vinha em pleno espaço urbano; e,
- As **Áreas-Plano**, intervenções em zonas geograficamente similares (espaços verdes, iluminação pública, pavimentos de vias rodoviárias e passeios), que visam a reabilitação do espaço público e o reforço do sentimento de bem-estar e de pertença à comunidade,

No que respeita ao Acompanhar as grandes orientações internacionais em matéria ambiental, associamo-nos a cerca de 400 municípios europeus no Pacto dos Autarcas. Neste documento, comprometemo-nos a adoptar, até ao ano de 2020, boas práticas de sustentabilidade e de combate às alterações climáticas. Este compromisso político visa objectivos como o *Aumento em 20% da eficiência energética*, o *Aumento em 20% da utilização de energias renováveis* e a *Redução em 20% das emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE)*, implicando um enorme desafio ao Departamento de Ambiente e Equipamento, enquanto unidade orgânica operacional da dimensão ambiental por excelência e à Câmara Municipal como um todo.

Porque nas sociedades modernas é reconhecida a importância dos animais de companhia para a melhoria da qualidade de vida, é hoje fundamental Promover em Oeiras uma política animal que respeite e dignifique os animais de companhia. No mandato anterior iniciou-se um trajecto diferente no tratamento dos animais de companhia em Oeiras, com o desenvolvimento do **Plano Estratégico para a Gestão dos Animais de Companhia (PROJAAO)**. Este projecto visa a *promoção de campanhas de sensibilização ambiental*, a *construção de dois novos Canis/Gatis Municipais* (um a norte e outro na zona Oeste do Concelho), a *construção de equipamentos específicos para utilização/diversão dos animais de companhia* (parques caninos), o *reforço das Campanhas de Adopção*, dar continuidade à *campanha de esterilização de felídeos errantes* e o estabelecimento de *parcerias com associações cujos objectivos sejam o bem-estar animal*.

Na Gestão da frota automóvel municipal de acordo com o estado da arte em matéria de combustível e emissões poluentes realiza-se em duas dimensões distintas: através da substituição de viaturas antigas mais poluentes por carros mais modernos, com consumos menores e menos poluidores; e, por outro lado, procurando no mercado as soluções mais inovadoras, tendo sido já introduzidas viaturas híbridas na frota municipal.

Com vista a desenvolver estas linhas orientadoras, a actividade desenvolvida pelo DAE, enquanto unidade orgânica com conteúdo e funções atribuídas, centra-se num conjunto de tarefas transversais e comuns a todas as Divisões que compõem organicamente o Departamento – área administrativa, aquisição de bens e serviços, gestão de armazéns.



As actividades que, pela sua especificidade, não se encaixam em nenhuma das unidades orgânicas atrás referidas são missão própria do Departamento, nomeadamente toda a actividade de promoção e sensibilização ambiental, dando continuidade aos projectos de ocupação de tempos livres em actividades de promoção da cidadania ambiental activa, com ênfase no sentimento de pertença e respeito pelos espaços públicos comuns, na prestação de informação e sensibilização ambiental porta-a-porta, dinamização de eventos e actividades ambientais de ar livre que promovam o envolvimento dos cidadãos nos espaços verdes municipais, ecossistemas ribeirinhos, costeiros e um maior conhecimento da biodiversidade local.

No âmbito da promoção da política dos 3R's, visamos reforçar as campanhas de informação e consciencialização para o importante papel que cada cidadão representa, na maximização dos resíduos recolhidos para valorização, visando o cumprimento das metas estabelecidas pelo PERECMOS.

É ainda nosso objectivo dar continuidade à parceria entre serviços no desenvolvimento de projectos de carácter pluridisciplinar, que visam por em prática os princípios da sustentabilidade e em que as questões ambientais são uma das componentes fundamentais.

### **Divisão de Espaços Verdes**

Na cidade moderna os espaços verdes desempenham um papel de importância fundamental, quer ao nível da absorção da poluição, quer na humanização do espaço público, criando zonas de fruição colectiva, onde a comunidade naturalmente se desenvolve e fortalece.

Desta forma, a estratégia que a CMO impôs nos últimos anos para os espaços verdes no Município de Oeiras, assenta num contínuo crescimento sustentado, sempre que possível

realizado em ritmo elevado. Nesta estratégia, a elaboração de Projectos Estruturantes e o desenvolvimento de Planeamento Ambiental, a execução de Obras de qualidade reconhecida, a Gestão das Manutenções e a política de “outsourcing”, assumem-se enquanto pilares incontornáveis, permitindo que esse crescimento se efectue de uma forma ordenada e sustentada por um Planeamento Estratégico coeso.


O próximo ano, será sobretudo um ano de consolidação das estratégias anteriormente expostas, cujo sucesso nos leva a acreditar que estamos no caminho certo e por isso continuaremos a apostar na requalificação integrada do espaço público, onde se privilegiarão temáticas como a gestão da água e utilização de espécies autóctones, a criação de corredores verdes e a optimização dos processos de manutenção.

#### **Divisão de Serviços Urbanos**

Para além da rentabilização e racionalização de recursos humanos e materiais, pretende-se para o próximo ano uma aposta na especialização em determinadas áreas de intervenção consideradas actualmente deficitárias, designadamente, a limpeza de Praias e Ribeiras, a deservagem química e mecânica de espaços públicos, a mecanização da limpeza urbana e a manutenção e lavagem de equipamentos de deposição de resíduos.

Pretende-se também, assegurar a continuidade do processo de alteração dos sistemas de deposição de resíduos, dotando o Concelho de equipamentos em profundidade e de maior capacidade, contemplando todas as fileiras de resíduos, adaptados à estrutura urbana de cada freguesia. Este processo, assume-se como um contributo para o incremento da deposição selectiva de resíduos, dignificando o espaço onde são instalados, diminuindo desta forma o impacto negativo que os contentores habituais transmitem.

Conscientes da necessidade de intensificar a separação vs recolha selectiva de resíduos, propõem-se esta Divisão a desenvolver dois projectos nessa matéria direccionados para



Oeiras  
Marca o ritmo

todas as escolas do Concelho e comércio tradicional, nomeadamente o que se encontra localizado nos Centros Históricos.



Oeiras  
Marca o ritmo




### **Divisão de Viaturas e Máquinas**

Em matéria de Frota, são objectivos da DVM a consolidação do sistema de Geo-Referenciação, iniciado em 2009 e inserido na 2ª fase da gestão da frota da CMO, a apresentação de um Plano de Racionalização para a frota com vista à sua optimização e utilização, e a conclusão do processo de renovação da frota ligeira de passageiros para AOV.

As metas, no que à Gestão da Manutenção diz respeito, são essencialmente nas áreas de Planeamento e da Manutenção Preventiva. Através da consolidação, optimização, rigor e aumento da frequência das intervenções preventivas pretende-se aumentar a disponibilidade e fiabilidade da frota.


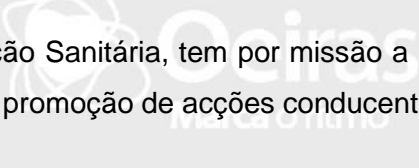
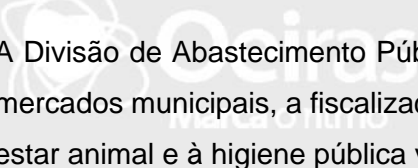
No que respeita à Gestão de Transportes pretende-se inovar nas práticas, através da implementação do conceito “car pulling”, da criação e desenvolvimento do Pedido de Transporte On-line. Pretende-se igualmente, regulamentar a utilização dos equipamentos veiculares da CMO, através da Criação do Regulamento Interno de viaturas do Município de Oeiras e da Revisão do Regulamento de Transportes Colectivos de Passageiros em vigor.

Para a Gestão Administrativa, é pretensão desta Divisão, consolidar o Serviço de Apoio ao Utilizador – HELP DESK, implementar o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) – ISO 9001:2008, a criação do Manual do Utilizador e a optimização do Inquérito de Avaliação. Pretende-se igualmente potenciar e dinamizar economias de escala por via da simplificação de processos de contratação, através de Fornecimentos Contínuos, de Acordos Quadro e da Agência Nacional de Compras Públicas.


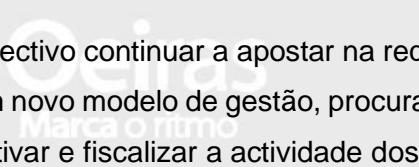
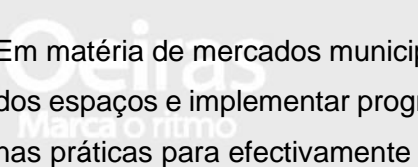


Na área do Ambiente e das Energias Alternativas é nosso intuito, consolidar a Gestão de Resíduos Oficiais, concluir o processo da Auditoria Energética iniciado em 2009, bem como dar continuidade às análises sobre a aplicabilidade de energias alternativas na Frota Municipal.




### **Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária**






A Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária, tem por missão a gestão dos mercados municipais, a fiscalização sanitária e a promoção de acções conducentes ao bem-estar animal e à higiene pública veterinária.



Em matéria de mercados municipais, é nosso objectivo continuar a apostar na requalificação dos espaços e implementar progressivamente um novo modelo de gestão, procurando inovar nas práticas para efectivamente organizar, incentivar e fiscalizar a actividade dos mercados, bem como na sua dinamização, através da realização de acções e eventos temáticos (com especial atenção aos dias comemorativos na área da alimentação), associada a uma nova estratégia de divulgação.



Em matéria de inspecções sanitárias, pretende-se dar continuidade ao Plano de Aprovação e Controlo Oficial dos estabelecimentos de retalho que comercializem géneros alimentícios de origem animal, tendo em vista a normalização de procedimentos no controlo oficial destes estabelecimentos.



No que respeita à promoção de acções conducentes ao bem-estar animal e à higiene pública veterinária, dar-se-á continuidade ao Projecto – Piloto de Controlo de Pombos e ao PROJAAO-Projecto de Apoio ao Animal de Oeiras, através de campanhas de adopção, esterilização dos animais adoptados no Canil Municipal de Oeiras e no Projecto de Biocontrolo de Roedores – Jardim Municipal de Oeiras, esterilização dos canídeos e felídeos pertencentes a municípios com comprovada carência económica e campanhas de promoção

e sensibilização ambiental, que induzam mudanças de atitudes perante os animais de companhia, em meio urbano.

Nas GOP e Orçamento de 2010 deste departamento vai ficar plasmado o valor correspondente a pedidos de indemnização não aceites pela CMO, uma vez que as facturas não foram devolvidas atempadamente.

## Direcção Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural

A DMDSC para concretizar a sua missão de propor e executar as políticas de desenvolvimento social e cultural, considera fundamental promover uma atitude de trabalho onde o diálogo, a criatividade, a cooperação e o rigor sejam valores inquestionáveis. Trabalhamos assim, para concretizar Oeiras, como um município de comunidades diversificadas, fortalecidas de competências variadas, responsáveis do seu papel de cidadania e activas na construção do seu bem-estar, físico, social e cultural

### Departamento de Educação, Acção Social e Desporto

É decorrente da missão atribuída ao DEASD, o desenvolvimento de projectos nas áreas da educação, da saúde, do emprego, da formação profissional, da juventude, da intervenção em grupos sociais de risco e do desenvolvimento desportivo. Em 2010, a concretização deste desígnio é particularmente desafiante se tivermos em conta os múltiplos constrangimentos que se prendem, nomeadamente, com os recursos humanos disponíveis, com a necessidade de incremento do orçamento e com a gestão de processos complexos que exigem às Unidades Orgânicas, a adopção de metodologias de trabalho que contemplem a transversalidade intra e extra departamental. Com efeito, são múltiplos os projectos e ambições que exigem um grande investimento. O departamento terá, assim, um papel crucial no apoio à prossecução da missão das unidades orgânicas integrantes.

Para além de dar continuidade ao desenvolvimento de mecanismos que promovam o controlo centralizado da execução de projectos e a uniformização procedimental, potenciará a edição de instrumentos de gestão e planeamento, que se pretende que constituam como uma base de apoio à definição de políticas e estratégias de desenvolvimento municipal. Para tal, a Área de Estudos e Planeamento afecta a este departamento, assume um papel preponderante.

A estratégia assente na transversalidade, no estabelecimento de parcerias e na rentabilização de recursos materializa-se nas acções a desenvolver em 2010.

### **Divisão de Educação**

No conjunto de projectos e acções a desenvolver mantém-se a prioridade concedida ao reordenamento da rede escolar, assente no Plano Estratégico para os Equipamentos Educativos (PEEE) ancorado na carta educativa, estando já em construção duas novas escolas (EB1/JI Alto de Algés e EB1/JI Porto Salvo) e em 2010 será iniciada a construção de mais três outras escolas (Custódia Marques, EB1/JI Gomes Freire Andrade e EB1/JI Almeida Garrett) e ainda a remodelação da EB1 D. Pedro V.

À medida que se processa a requalificação da rede e a eliminação das situações de maior sobrelotação escolar é possível melhor concretizar um conjunto de programas de investimento e qualificação das aprendizagens, através: do reforço do desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular na área das TIC's, para além das já implementadas, o lançamento do programa "Aqui há ciência", do projecto da orquestra juvenil e do aumento do apoio aos agrupamentos de escolas na promoção do sucesso educativo.

Termos em Oeiras as "melhores escolas" passa também pela optimização no exercício das competências em educação pela autarquia, pela inovação e rigor no planeamento e gestão dos serviços e equipamentos educativos, nomeadamente na continuação do desenvolvimento da Rede Integrada de Serviços de Educação (RISE) procurando tirar partido

das múltiplas virtualidades das Tecnologias de Informação e Comunicação, na escola e na sala de aula, na gestão de fluxos e conteúdos de informação, no apoio à tomada de decisão e na disponibilização de ferramentas de suporte ao processo de ensino-aprendizagem.

Neste contexto, o projecto, plurianual, Rede Escolas de Excelência, (Rede ESCXEL) constitui um instrumento precioso para nos ajudar a reflectir o que é a organização escolar para podermos mudá-la, para podermos melhorar o desempenho das escolas, para bem avaliar as situações e, desse modo, melhor definir estratégias de actuação que respondam ao desafio da promoção da excelência educativa.

Aumentar a oferta da Componente de Apoio à Família, em parceria com os Agrupamentos de Escolas e com as Associações de Pais, com o objectivo de possibilitar que as crianças da rede pública do pré-escolar e do 1º ciclo possam usufruir de serviços de apoio à família que respondam à necessidade das crianças se ocuparem com actividades adequadas do ponto de vista lúdico-social durante o horário laboral dos pais.

Assume particular relevância o apoio a projectos que promovam Investigação Científica desenvolvida em Oeiras, designadamente, a parceria protocolada entre o Município e o Instituto Superior Técnico que viabilizará a construção de um Laboratório de Química e Biologia nos *Campus* do IST no Taguspark.

Neste âmbito, continuará o Programa de Bolsas Científicas de Oeiras – Professor Doutor António Xavier – Bolsa de Excelência Científica e Bolsa de Instalação para Jovens Cientistas – “Começar em Oeiras”.

#### **Divisão de Acção Social, Saúde e Juventude**

A proposta de trabalho da DASSJ para o ano 2010 mantém elementos de continuidade da acção corrente e a aposta num maior desenvolvimento de algumas áreas centrais ao nível da promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos municípios. Assim, para além das

intervenções específicas dirigidas a munícipes em situação de maior vulnerabilidade social e as que decorrem junto das populações da Outurela, Navegadores e Alto da Loba, são de salientar:

- As acções na área do envelhecimento – finalização do Plano Municipal para o Envelhecimento, comparticipação em despesas com medicamentos e apoio na adaptação das habitações dos agregados com carência económica, bem como implementação do projecto de Cuidados Continuados Integrados, em parceria com o Agrupamento de Centros de Saúde de Oeiras e Instituto de Segurança Social;
- Consolidação do funcionamento dos 3 Gabinetes de Inserção Profissional e estabelecimento de parcerias para a melhoria das qualificações profissionais e de acesso ao emprego;
- Alargamento do âmbito e maior diversidade de projectos e acções direccionados para a população juvenil, complementares ao sistema educativo, numa linha de promoção da cidadania activa e de comportamentos saudáveis;
- Desenvolvimento dos projectos e acções municipais enquadrados na candidatura à Rede Europeia de Cidades Saudáveis;
- Implementação de projecto-piloto, na Freguesia de Queijas, na área da Saúde Mental;
- Conclusão e apresentação dos resultados do Estudo da População Imigrante do Concelho, co-financiado pelo ACIDI;
- Implementação do Projecto de Promoção da Eficiência Energética das IPSS, a realizar no âmbito das orientações da Agenda XXI local;
- Participação nas comemorações do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social;
- Concretização de contratos programa celebrados ou em vias de celebração com diversas instituições sociais do concelho, o que permitirá aumentar a capacidade de resposta às necessidades nas áreas da infância e do envelhecimento, sendo esta área a responsável pelo aumento significativo das GOP para 2010;
- Ao nível da Juventude, e dando cumprimento ao compromisso do Executivo para o presente mandato, evidencia-se o investimento na remodelação do Centro de Juventude de Oeiras,



que cumpra as actuais necessidades técnicas de um espaço desta natureza, iniciando-se em 2010 pela reforma de alguns espaços exteriores e, particularmente, a completa renovação do actual Skate Park existente, com a implementação de um novo projecto que irá de encontro às necessidades referidas pelos jovens utilizadores deste recinto;

- Alargamento do Projecto “Tempo Jovem”, nomeadamente, no incremento do número de jovens a serem colocados, tendo em conta os demais pedidos dos serviços e no crescimento da sua respectiva renumeração;
- Ampliação do conceito das colónias de férias “Mexe-te nas Férias”, quer em termos de quantidade de colocações de crianças afectas ao projecto como no alargamento das actividades desenvolvidas nos meses de Verão.

### **Divisão de Desporto**

O modelo de intervenção e desenho estrutural da unidade orgânica manter-se-á em 2010, tendo por base as duas vertentes de suporte à implementação da política desportiva municipal, no seguimento da actividade desenvolvida anteriormente, a saber:

O sector do Apoio ao Associativismo Desportivo, que consiste no apoio às colectividades desportivas, considerando estas como parceiros preferenciais na promoção e desenvolvimento do desporto, e o sector de promoção de actividade física e desportiva onde se destacam as iniciativas organizadas directamente pela Divisão de Desporto.

Para além das actividades organizadas directamente e/ou em parceria, a Câmara Municipal de Oeiras mantém o apoio a eventos de grande dimensão, como forma de promoção da prática desportiva de alto rendimento, como sejam o Estoril Open, a Meia-Maratona de Lisboa e a Maratona Carlos Lopes.

Para o ano de 2010, e prosseguindo a política de sucesso, em função da participação e da satisfação percebida, deverão manter-se os eventos considerados como de interesse municipal, apoiados em 2009.

Assim, o acesso generalizado da população à prática desportiva informal e à prática desportiva formal e associativa, serão as duas grandes áreas de intervenção da Divisão de Desporto.

Considerando-se estes como indissociáveis, são os seguintes instrumentos que as materializam e consubstanciam, e que balizam, por esta via, a actividade desta unidade orgânica:

- Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo – neste novo ciclo autárquico, redireccionou-se o foco do apoio ao associativismo desportivo do concelho, apostando claramente na formação desportiva de base e reforçando o apoio aos clubes desportivos que invistam inequivocamente nesta área, através de um incremento global de 10% nos montantes de apoio à sua actividade desportiva regular;
- Programa ‘Mexa-se Mais’ – ‘Melhor Atitude, Mais Saúde’ – 2010, será o ano de consolidação e implementação do novo conceito base do Programa. De estratégia de intervenção ao nível da promoção do exercício físico, o Programa passou a abarcar também os estilos de vida activos e adopção de comportamentos saudáveis, abrangendo igualmente as áreas da alimentação e hábitos tabágicos, numa perspectiva de ampliação da sua base de actuação;
- Organização ou apoio a eventos desportivos - O programa de apoio a eventos desportivos terá, durante o ano de 2010, um particular enfoque nas iniciativas integradas nas Comemorações do 100º aniversário da República Portuguesa, com a realização de um grande evento de âmbito internacional na modalidade de esgrima, assim como na comemoração da 30ª edição da Corrida do Tejo, a prova de referência nacional de 10 km de estrada;
- Programas de Promoção de Modalidades Desportivas - Manutenção do trabalho de desenvolvimento sustentado das modalidades: Atletismo e Xadrez.

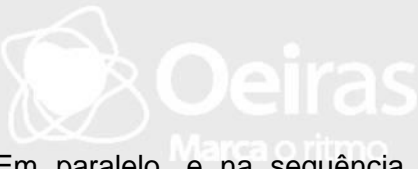
### **Departamento de Património Histórico, Cultura e Bibliotecas**

O DPHCB continuará um projecto de trabalho onde: o investimento no património, particularmente ao nível da recuperação, restauro e na criação de centros de interpretação; na promoção da informação e conhecimento, com serviços que se desenvolvem numa lógica de proximidade e com um trabalho continuado no desenvolvimento de literacias; na programação de uma oferta cultural na área das artes visuais, na música, na escrita e nas artes cénicas onde o universalismo cultural será sempre respeitado.

O Centro de Estudos Arqueológicos, sob a alçada do DPHCB, continuará o seu do trabalho de acompanhamento das obras em curso no Concelho, tanto ao nível de intervenções urbanas em zonas de interesse histórico, como no concernente a grandes obras públicas integradas em planos de desenvolvimento de índole local ou regional. Para além desta componente, prevê-se que, em 2010, se mantenha a recolha sistemática de elementos científicos sobre a arqueologia do Concelho (em particular o trabalho desenvolvido Fábrica da Pólvora de Barcarena nas antigas Ferrarias d' El Rey) e a divulgação e animação sócio-cultural do património arqueológico do Concelho, através da realização de visitas guiadas, palestras e conferências, constituindo este um dos vectores mais importantes da actuação do CEA.

### **Divisão de Património Histórico e Museologia**

No âmbito das competências atribuídas à DPHM, para a promoção de actividades que tenham por objectivo a divulgação da história identitária do concelho, serão implementadas em 2010 diversas acções que farão parte de um amplo programa comemorativo do Centenário da República, em parceria com a Divisão de Cultura e Turismo.



Em paralelo, e na sequência das iniciativas anuais de valorização e preservação do património histórico, material e imaterial, destacam-se as do Encontro de História Local, do Bicentenário das Invasões Francesas em parceria com a Câmara Municipal de Cascais, bem como as das Jornadas Europeias do Património, e do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios promovidas pelo Concelho da Europa e pela União Europeia.




A organização e realização de um curso anual, com abordagem a temas que contribuam para a projecção e divulgação dos valores culturais e/ou de orientação para a sensibilização para a sua recuperação, transformou-se já numa exigência por parte da população Oeirense, devido ao nível de qualidade dos conteúdos.

Devido à enorme afluência de público interessado, ao tema inovador e ao seu valor formativo, será uma vez mais organizado o Curso de Iconografia, em repetição do ministrado em 2008.


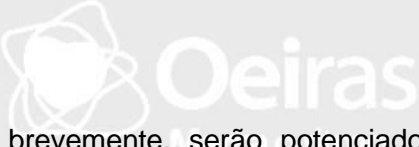

A par do que tem vindo a ser desenvolvido em anos anteriores relativamente à política editorial, a Divisão lançará as Actas do IX Encontro de História Local de 2008, bem como as Actas da Jornadas Europeias do Património de 2007 e 2009, em parceria com a CM Cascais.

Inovador será a criação de Cadernos do Património para cada uma das freguesias do concelho, com o intuito de fomentar a sensibilização para o conhecimento dos valores patrimoniais do concelho, dirigido para o público escolar.


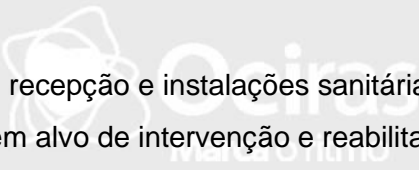
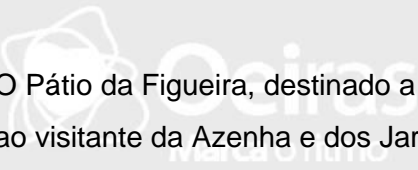
Com a premissa de zelar e promover intervenções de restauro e recuperação das estruturas edificadas e valorizar o património construído, serão operacionalizados e abertos ao público dois novos pólos de atracção patrimonial na Quinta do Marquês de Pombal, em Oeiras.




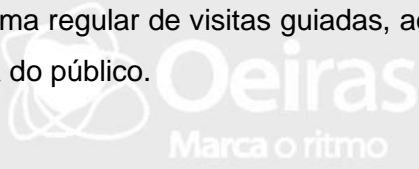
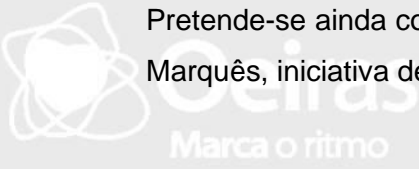
A grande Azenha 3 rodas e o Lagar de Azeite, que faziam parte do quotidiano da vida na quinta à época, serão recuperadas, montadas as suas antigas estruturas funcionais e revitalizadas, permitindo assim divulgar algumas das “tecnologias” tal como eram utilizadas.




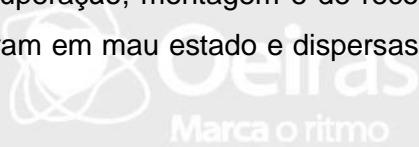
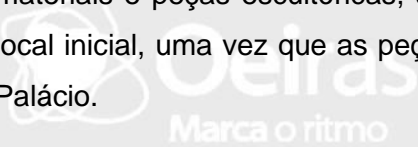
Estes espaços, a abrir ao público brevemente, serão potenciados com um programa educativo de visitas guiadas e de acompanhamento às escolas.




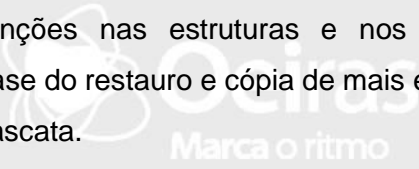
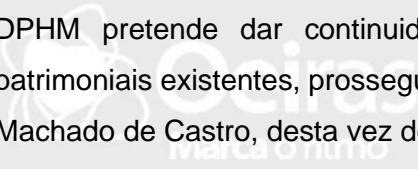
O Pátio da Figueira, destinado a equipamento de recepção e instalações sanitárias de apoio ao visitante da Azenha e dos Jardins, será também alvo de intervenção e reabilitação.



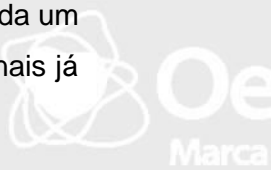
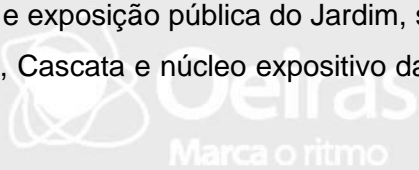
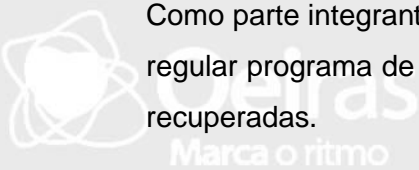
Pretende-se ainda continuar o programa regular de visitas guiadas, aos jardins e Palácio do Marquês, iniciativa de grande procura do público.



No interior do Palácio, o monumental fogão de sala do séc. XVIII, de grande riqueza de materiais e peças escultóricas, será alvo de recuperação, montagem e de recolocação no local inicial, uma vez que as peças se encontravam em mau estado e dispersas por todo o Palácio.



Na Quinta Real de Caxias, outro núcleo do séc. XVIII de grande valor histórico-patrimonial, a DPHM pretende dar continuidade às intervenções nas estruturas e nos elementos patrimoniais existentes, prosseguindo com a 2ª fase do restauro e cópia de mais estátuas de Machado de Castro, desta vez do conjunto da Cascata.



Como parte integrante da visibilidade e exposição pública do Jardim, será implementada um regular programa de visitas ao jardim, Cascata e núcleo expositivo das estátuas originais já recuperadas.

É também missão da DPHM gerir o Museu da Pólvora Negra, que tem como função a preservação e perpetuação da “memória do trabalho” da antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena, consubstanciada nos processos de investigação/estudo, incorporação, inventariação, conservação e divulgação do seu acervo.

Para isto são desenvolvidas acções que visam dar a conhecer ao público a colecção do Museu da Pólvora Negra, promover a educação e fomentar nos públicos o interesse pelo Museu e complexo da Fábrica em geral, bem como proporcionar momentos de reflexão, criatividade, partilha e descoberta de um património que é de todos, envolvendo a comunidade, reforçando a articulação entre entidades com fins museológicos e potenciando sinergias existentes.

No ano da celebração de passado, presente e futuro (2009) foi lançado o mote Oeiras Somos Todos. Procurou pois, a Divisão de Cultura e Turismo, ao longo deste ano, desenvolver um conjunto de actividades sustentadas, não apenas por um total enquadramento no Plano Estratégico Municipal, mas também por uma filosofia de “Cultura para Todos”, com o propósito de, desta forma, melhor a integrar naquela divisa.

Agora, na hora de planear 2010, é importante que consigamos envolver e contar com uma cada vez maior participação de públicos, pelo que a programação há-de contemplar regularidade, variedade e qualidade, isto é, há-de, por um lado, considerar as diferentes áreas de expressão artística (Artes Plásticas e Performativas, Cinema, Dança, Moda, Música, Teatro) e, por outro, deverá preocupar-se com uma calendarização regular e de qualidade, seja em espaços abertos, seja em espaços cobertos.

Outro dos grandes eixos da programação cultural municipal para 2010 será, naturalmente, a necessidade de darmos resposta a permanentes solicitações que nos chegam, no âmbito

daquilo que no mundo da Cultura se designa por “linguagens artísticas emergentes e vanguardistas”.

Procurar-se-á também a captação para o nosso município, tal como em anos anteriores, de eventos de grande visibilidade e de numerosas assistências (Alive, Oeiras Sounds e Sete Sóis).

Mas a programação cultural não deve quedar-se por aqui. Inovar, apreciar e lançar novos projectos terá de ser uma ambição a prosseguir. Resultado deste desejo foi a preparação e apresentação de uma candidatura, em conjunto com outros municípios, ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN Portugal 2007/2013) na modalidade Programação Cultural em Rede [Anexo D do Regulamento Específico – Rede de Equipamentos Culturais, aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO (Programas Operacionais) Regionais do Continente em 28/03/08].

A referida candidatura, ao beneficiar dos efeitos de uma economia de escala, permitirá a realização de inúmeras iniciativas culturais em condições economicamente muito vantajosas. Ainda dentro dos “novos projectos” não poderemos deixar de referir, quer a programação expositiva do novo Centro Cultural Palácio do Egipto o qual contará com parcerias prestes a serem formalizadas com a Culturgest, com a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva e com a Fundação Millenium BCP, quer tudo quanto se relaciona com a promoção do Vinho de Carcavelos/Conde de Oeiras e com a Confraria de Enófilos do Vinho de Carcavelos – um património imaterial que tem merecido a maior atenção por parte do município de Oeiras, já que se trata de o proteger e de, através dele, contribuir para estimular uma ainda mais sólida identidade local.

Para além do criterioso apoio aos agentes culturais concelhios, é igualmente proposta para 2010, a consolidação de projectos com verdadeiro sentido cultural, como é o caso da “Semana dos Leitorados” uma organização conjunta entre Câmara Municipal de Oeiras, Instituto Camões e Centro de Experimentação Artística/Clube Português de Artes e Ideias (Fábrica da Pólvora de Barcarena) bem como a continuidade do projecto CAMB (Centro de

Arte Manuel de Brito) o qual, desde a sua abertura ao público, tem colhido enorme prestígio no universo nacional das artes e da cultura.

Relativamente ao Turismo e num momento em que foi já aprovado o seu Plano Estratégico Municipal (PET), as tarefas relativas à sua monitorização deverão ser objecto de uma especial atenção da nossa parte.

Continuar-se-á, também, a privilegiar, de modo constante, as áreas da animação e da promoção turística, pois são aquelas que, justamente no quadro do PET, devem lograr uma cuidada vigilância.

#### **Divisão de Bibliotecas, Documentação e Informação**

O âmbito de actuação da DBDI integra-se no 4º Eixo Estratégico definido pelo PEM, cabendo a esta UO desenvolver um conjunto articulado de projectos e acções com vista à consecução dos objectivos estratégicos aí consignados.

O plano de actividades e a estimativa orçamental que se apresenta para 2010 constituem instrumentos de gestão essenciais à prossecução das dinâmicas que esta UO tem procurado desenvolver, assim como à introdução de novas linhas de acção que possam efectivamente dar resposta aos desígnios do plano estratégico municipal.

A DBDI mantém as rubricas que apresentou em 2009, uma vez que a amplitude do objecto de acção que cada uma encerra permite a continuidade das linhas de trabalho e a introdução de propostas novas.



O plano cobre as áreas de intervenção e a gestão corrente da UO (com excepção daquelas que também dependem de outros serviços, entre os quais se destacam o DTSI no que se refere ao SIGB Millennium e ao acesso, edição e comunicação de conteúdos em geral e a DGP para a aquisição de mobiliário e equipamento, uma vez que a DBDI não tem rubricas de capital):

- Aquisição de fundos documentais: monografias, periódicos, assinaturas de recursos electrónicos;
- Programa Oeiras a Ler: traduz toda a dinâmica das bibliotecas municipais no sentido da promoção das leituras e das literacias para os diferentes públicos-alvo, incluindo todo o conjunto, vasto e diversificado, de programação para as escolas, para as crianças e jovens e para os públicos adultos. No âmbito das Comemorações do Centenário da República, propomo-nos realizar um Ciclo de Conferências sob o tema “República, lugar da utopia”;
- Rede de Bibliotecas Municipais: representa a aposta na ampliação da estrutura em rede, o que implica a introdução sistemática de novas funcionalidades no sentido da melhoria do serviço prestado segundo o princípio da conveniência do utilizador e da expansão da acessibilidade dos documentos, nomeadamente com o recurso ao digital (o catálogo conta actualmente com 34 colecções distribuídas por 32 espaços físicos, tendo sido introduzidas em 2009, 2 novas colecções. Em fase de tratamento encontram-se mais 3 colecções);
- Espaços funcionais: aquisição de serviços de digitalização e consultoria;
- Programa Copérnico: traduz todo o trabalho de promoção das info-literacias ou alfabetização informacional, divulgação científica e técnica e ainda o desenvolvimento de projectos inovadores com base nas TIC, que serão uma aposta forte para 2010;
- Gestão Documental: inclui as componentes de tratamento técnico, a gestão da colecção Archer de Lima, Reservados e em depósito e as desinfestações;
- Edição e divulgação: A DBDI assume actualmente um papel relevante ao nível da edição de conteúdos na área das bibliotecas públicas com os *Cadernos Oeiras a Ler*, com a edição das actas dos ciclos de conferências e a produção de materiais com carácter pedagógico e lúdico para os públicos infantis e jovens. Além desta vertente, cada projecto é pensado com o respectivo plano de comunicação, em articulação com o GC;

- Oeiras a Ler em Família: traduz o trabalho desenvolvido no sentido da promoção e desenvolvimento da literacia familiar e é um projecto subsidiado pela FCG;
- Concurso Descobrir Oeiras: implicando o recurso ao digital, o concurso pretende incentivar à descoberta do Concelho e ao cruzamento de várias vertentes (património, história, cultura, ciência e tecnologia, paisagem, etc). Será reformulado no sentido de ser lançado antes do 2º Semestre e terá 2 categorias – Ensino Secundário e Ensino Superior -, de modo a conseguir uma focagem nos públicos-alvo a que se destina;
- Extensão bibliotecária e cultural: Em 2009, as BMO introduziram nos Espaços Jovens e Clube de Jovens da Outurela/Portela pontos de leitura, sendo que em 2 dos espaços foi aberta a possibilidade de empréstimo domiciliário; em fase de preparação estão os Centros de Saúde, o Estabelecimento Prisional de Caxias e os Jardins-de-infância (IPSS).
- Em 2010, a DBDI prevê inaugurar uma Biblioteca de Praia (Praia da Torre), promover animações do Passeio Marítimo e preparar um conjunto articulado de actividades e instrumentos de aprendizagem ligados ao património, incluindo o Parque dos Poetas. O horário de funcionamento da Biblioteca de Oeiras será alargado nas épocas de exame.
- Dez Luzes num Século Ilustrado: Edição de um livro que reúna os textos dos conferencistas e os guiões de leitura preparados para este ciclo.

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

GOP



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS



PPI



PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL



PAM



ORÇAMENTO

Resumo (R/D)



Receita



Despesa (económica)





[Despesa \(orgânica\)](#)



[Oeiras](#)  
Marca o ritmo



[Oeiras](#)  
Marca o ritmo



[Oe](#)  
Marca

[Despesa \(detalhe\)](#)



**ANEXOS**

[Mapa de Empréstimos](#)



[Oeiras](#)  
Marca o ritmo



[Oeiras](#)  
Marca o ritmo



[Oe](#)  
Marca

[Mapa da Receita](#)



[Receita Detalhada](#)

## Mapas de Pessoal



### Nota introdutória

Os Mapas de Pessoal, constituem anexo ao orçamento da autarquia para cada um dos anos económicos, exigindo o planeamento rigoroso das actividades de natureza permanente ou temporária a levar a cabo durante os diferentes períodos, bem como, os recursos financeiros e humanos a afectar para o efeito. Os mapas foram preparados em colaboração com todas as unidades orgânicas, visando conter os postos de trabalho necessários à concretização das actividades do Município de Oeiras em 2010.





A elaboração do orçamento de pessoal, para além da dotação necessária para o pagamento das remunerações do pessoal em exercício de funções, considerou as verbas destinadas à cobertura dos encargos destinados ao recrutamento de pessoal necessário à ocupação de postos de trabalho disponíveis, previstos nos correspondentes mapas de pessoal, as alterações do posicionamento remuneratório do pessoal em exercício de funções e os prémios de desempenho a atribuir aos trabalhadores. Salienta-se que não poderão ser satisfeitas as necessidades que não constem nos mapas de pessoal e, conseqüentemente, não estejam previstas em orçamento.

